

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE DATA: 02.08.15 EDITORIA: ARTIGO

O empobrecimento do brasileiro

MARCELO FERNANDES DE QUEIROZ

Presidente do Sistema Fecomércio RN

Na semana passada, a respeitadíssima consultoria “Tendências”, do ex-ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, divulgou um estudo que traz números, a meu ver, bastante preocupantes. Arrisco dizer, inclusive, que o documento é a tradução numérica de uma das faces mais temíveis do momento de turbulência pelo qual passa a economia nacional: o empobrecimento da nossa população.

De acordo com o estudo, a capacidade mensal de consumo das famílias brasileiras foi reduzida, este ano, em nada menos que R\$ 16 bilhões. Os dados englobam o período de janeiro a maio e apontam que, em média, o poder de compra das famílias brasileiras foi de R\$ 240 bilhões/mês. O número é 6,2% menor do que aquele registrado em igual período de 2014 (quando era de R\$ 256 bilhões). Isoladamente no mês de maio, o brasileiro teve um poder de



De acordo com o estudo, a capacidade mensal de consumo das famílias brasileiras foi reduzida, este ano, em nada menos que R\$ 16 bilhões. “

isso significa, esta queda do poder de compra (R\$ 16 bilhões) é praticamente igual a tudo o que o varejo potiguar fatura em um ano (cerca de R\$ 16,5 bilhões, segundo dados de 2013).

Para chegar aos números, a consultoria “Tendências” leva em conta alguns dados substanciais, como a massa de renda (inclusive os salários percebidos da previdência) descontando a inflação, a oferta de crédito (contando com o imobiliário) e os gastos das famílias com pa-

novas concessões de crédito está menor. E o crédito é componente básico do espectro de consumo.

Com a inflação em alta, o desemprego crescente e o crédito restrito, o poder de compra das famílias – que foi a mola motriz da economia nos últimos anos –, registra queda pela primeira vez desde 2003. E, pior, não dá mostras de que deve se recuperar no curto e no médio prazos.

E por que este dado é tão preocupante? Ora, com menos dinheiro no bolso, o consumidor começa a cortar gastos. Claro, começa pelos chamados supérfluos, algo que já acende o alerta em alguns setores, como o de restaurantes e de viagens.

Mas estes cortes acabam chegando a todos os itens de consumo, não há dúvidas. E se considerarmos que a economia potiguar tem o setor terciário na sua base, sobretudo no comércio, serviços e turismo, precisamos, sim, nos preocupar. E muito! O momento é de trabalho. De fazer mais com menos e, para as empresas, de nos reinventarmos diariamente. Afinal,

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE DATA: 02.08.15 EDITORIA: NOTAS E COMENTÁRIOS



Desenvolvimento

Os representantes do “Motores do Desenvolvimento do Rio Grande do Norte” estiveram na manhã de ontem no Palácio Felipe Camarão e formalizaram o convite ao prefeito Carlos Eduardo para participar do seminário no dia 10 de agosto. O projeto é realizado desde 2008 pela TRIBUNA DO NORTE em parceria com a UFRN, Sistema Fiern, Sistema Fecomercio e RG Salamanca Investimentos, e nesta edição terá como tema “UFRN: tecnologia da informação acelerando o desenvolvimento”. O Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Aldo Rebelo, e o diretor Geral da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, Nelson Simões estão entre os convidados. O prefeito Carlos Eduardo confirmou presença.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE DATA: 02.08.15 EDITORIA: ECONOMIA

»» ENTREVISTA »» **IVONILDO REGO**

DIRETOR DO INSTITUTO METRÓPOLE DIGITAL DA UFRN

'Objetivo é inovar e gerar emprego'

« MOTORES » O sucesso do Instituto Metrópole Digital será um dos temas abordados no 24º Seminário Motores do Desenvolvimento do RN. Diretor do IMD fala da estrutura e dos objetivos do projeto que é referência nacional

ROSA LÚCIA ANDRADE
Repórter

Voltado para a formação de mão de obra especializada na área de Tecnologia da Informação e fomentação de negócios, o Instituto Metrópole Digital está há dois anos mostrando que vem seguindo o caminho certo. O sistema de ensino diferenciado, que permite a escolha entre sete ênfases direcionadas para o mercado, com o bacharelado em TI, este ano ocupou todas as 300 vagas disponibilizadas, e na área de geração de negócios, vem associando conhecimento a empreendimento. A busca agora é para a implantação do Parque Tecnológico que possa

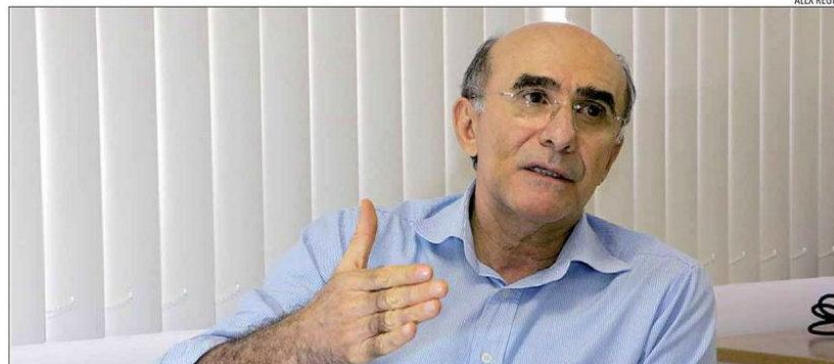
abrigar essas empresas que estão nascendo.

O Instituto Metrópole Digital está voltado para ensino, pesquisa e desenvolvimento de empresas na área de TI. Como foi montada essa cadeia?

A marca MD foi idealizada pelo deputado Rogério Marinho que tinha locado emenda parlamentar para criar no estado uma Organização Social para promover uma série de ações na área de tecnologia da informação. Especialmente para treinamento de jovens, na área de TI, e atrair empresas. Praticamente este era o objetivo. Essa parceria com o estado desandou e ele procurou a universidade [UFRN] para assumir o projeto. E a universidade assumiu, foi até o Ministério de Ciência e Tecnologia, na época com o ministro Sérgio Rezende, e discutimos a transferência deste projeto e o financiamento via Finep. A Finep é a principal agência de financiamento para área de inovação do Governo Federal, e de pesquisa também.

A universidade já tinha interesse nesse projeto?

Eu vinha acompanhando com ele [Rogério Marinho] desde a época do entendimento com o Estado. Mas nosso trabalho era mais como



ALEX RÉGIS

E o trabalho da incubadora de empresa, inova Metrópole é para fazer esta parte?

Temos uma empresa grande, a Sig [Soft e Consultoria]. A Sig tem contrato com 16 estados no país, escritório em Brasília e São Paulo, mas os empregos estão no Estado. Este é o modelo que estamos tentando buscar no Instituto, de gerar os empregos aqui, mesmo que o mercado de TI esteja fora. Eu digo que aqui no Instituto os dois primeiros andares a gente forma pessoas físicas e no último [andar da incubadora de empresas] a gente forma pessoa jurídica.

E quais os desafios para o futuro?

O grande desafio que temos agora é que, isso obviamente pra ter sucesso, tem que ter envolvimento grande do poder público local, municipal e estadual, é a criação de um parque tecnológico especializado em TI. É um condomínio de empresas de alta tecnologia onde se dividem experiências, custos. Nós temos uma estrutura que permite incubar até 50 empresas simultaneamente e estamos preocupados com o destino dessas empresas, onde vão ficar. A ideia do condomínio seria um local para as empresas saírem daqui pra lá, atrair outras grandes empresas âncoras nacionais e multinacionais, centros de pesquisas e a própria incubadora nossa ir para dentro do parque também. Então seria um parque tecnológico, da indústria do conhecimento, que não polui, que ajuda a fomentar o desenvolvimento do estado como um todo.

E o que é preciso para implantar?

É, sobretudo, um empreendimento imobiliário. E a gente quer fazer isso no entorno da Universidade pra que todo esse complexo continue numa interação forte com a universidade, desenvolvendo projetos com o Instituto e com outros setores da Universidade. Num primeira tentativa usar terre-



O QUE

O IMD será tema do seminário Motores do Desenvolvimento do Rio Grande do Norte, "UFRN: tecnologia da informação acelerando o desenvolvimento", realizado no próximo dia 10, na Casa da Indústria. O evento é uma realização da TRIBUNA DO NORTE, UFRN, Sistema Fecomércio, Sistema Fiern e RG Salamanca Investimentos. As inscrições gratuitas podem ser feitas pelos telefones: (84) 4006.6120 ou 4006-612



O instituto foi criado na lógica muito

competência, com vários sucessos como exemplo de casos de sucesso, na indústria de petróleo, o sistema de monitoramento de poços em terra da Petrobras foi desenvolvido aqui, numa parceria nossa com a Petrobras sistemas de alarmes das refinarias que foram desenvolvidos aqui, também, em parceria com a Petrobras. Isso gerou empresas que absorveram essa tecnologia e trabalham hoje para a Petrobras. Estou citando casos para mostrar que a universidade já estava bastante madura nessa área. O instituto foi criado na lógica muito clara de transferir o conhecimento produzido na universidade pra gerar novos produtos, novos processos, ou seja: fazer inovação, gerar emprego e renda.

Qual o investimento para essas ações do IMD?

Em 2014, o custo foi da ordem de R\$ 7,214 milhões. Recursos de custeio e investimento. R\$ 4,849 milhões de custeio e R\$ 2,371 milhões de investimento, com recur-

de 2011 eu saí da reitoria e vim assumir a direção do Instituto. Quando assumi resolvi fazer um novo desenho. Porque o IMD sobrevivia de emendas parlamentares e o primeiro ponto em discussão foi de que precisaria dar sustentabilidade ao Instituto. As emendas são extremamente importantes para você fazer os investimentos, mas pela instabilidade de que pode sair num ano ou não sair, a gente precisa de um modelo que garanta sustentabilidade. Em 2011 transformei o curso de programador em curso técnico de nível médio, a partir da segunda turma. Esse curso era financiado através de emendas e fui ao Ministério da Educação e propus que fosse financiado pelo Pronatec, e queria um corpo docente não só para o curso técnico, mas também para criar novos cursos de graduação na área. Então o Ministério se comprometeu a passar 45 vagas de professores e 45 de técnicos. Os técnicos não recebemos até hoje,



so pra fazer de forma que monta o cardápio [de disciplinas] dele. E os cursos existentes de bacharelado de Ciências da Computação, Engenharia de Software e Engenharia da Computação, sumiram do Enem. Então o aluno entra para o bacharelado de TI, faz em três anos e, se quiser, com mais um e meio ele pode ir para Ciências da Computação; com mais um, pode fazer Engenharia de Software com mais dois anos e meio, Engenharia da Computação. Nos três últimos semestres do bacharelado foram criadas várias habilitações, onde o aluno pode escolher de acordo com o percurso que quer seguir para o mercado de trabalho. Então tem Redes de Computadores, Bioinformática, Informática Educacional, Engenharia de Software, Sistemas Embarcados, Sistemas de Formações Gerenciais. E esse é um modelo novo, com ciclos mais curtos.

Qual a maior necessidade hoje no

consultoria. Então envolvemos a Finep e redesenhamos o projeto ao longo de 2009, já visando a participação da principal agência de inovação do país. Redesenhamos integrando o esforço que a UFRN já tinha na área de tecnologia da informação. A universidade já tem há 30, 40 anos dois bons grupos, dois departamentos, na área de TI. No Centro de Ciências Exatas e da Terra, nós temos o Departamento de Informática e Matemática Aplicada e no Centro de Tecnologia. A universidade já tinha uma boa

clara de transferir o conhecimento produzido na universidade pra gerar novos produtos, novos processos, ou seja: fazer inovação, gerar emprego e renda”

dos de várias fontes de projetos e da própria UFRN.

Nestes dois anos o IMD passou por mudanças e ampliou as atividades. Como vieram essas mudanças?

As primeiras atividades do IMD começaram em 2010 com um curso para 1200 jovens, na área de programadores. Não era curso técnico, era de formação pra jovens de ensino médio, semipresencial. E começamos a montar um projeto de incubação de empresas. No meio

estamos nessa dependência, mas os docentes, nós já recebemos 40. Então com esse novo quadro docente, repensamos novamente o Instituto e criamos um curso de graduação que buscamos integrar com o que se tinha, foi quando criou-se o bacharelado em Tecnologia da Informação. Que tem o mesmo modelo que eu tinha criado para Escola de Ciência e Tecnologia: um curso de bacharelado de três anos, com um modelo interessante, menos da metade com curso comum e o aluno tem mais de 50% do cur-

mercado?

Na área de tecnologia da informação, tudo, porque que é uma das áreas que tem mais carência de profissional no país. Um profissional, bem formado nessa área, ele não tem problema com emprego, pelo contrário, é altamente disputado. Então montamos uma estrutura que dá flexibilidade, exatamente para atender às várias demandas do mercado de trabalho. Então, a primeira coisa é o capital humano, mas a centralidade é formar empresa.

no Exército do Batallão de Engenharia, mas não foi possível e o Exército ofereceu área do antigo Clube de Aeromodelismo. Estamos em processo de discussão, com prefeitura, Ministério Público e Idema. Mas outro ponto a ser conversado com a prefeitura é o incentivo fiscal. Onde tem parque tem incentivo fiscal. Em Recife foi recuperada uma área do Recife Antigo e hoje gera sete mil empregos. Com isso a gente consolida a proposta do Instituto que é de fomentar o desenvolvimento. p



OS MOTORES DO DESENVOLVIMENTO NO RIO GRANDE DO NORTE

UFRN: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO ACCELERANDO O DESENVOLVIMENTO

SEMINÁRIO - 10/08/15 (Segunda-feira)
CADERNO ESPECIAL - 16/08/15 (Domingo)
www.tribunadonorte.com.br/motoresrn

REALIZAÇÃO








PATROCÍNIO







VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE DATA: 02.08.15 EDITORIA: ECONOMIA

« MOTORES »

Gestão de TI inclui Natal no projeto Cidades Inteligentes



A Metrópole Digital liga Natal à Rede Nacional de Cidades Inteligentes, projeto que propõe otimizar a gestão de serviços para a população. « **PÁGINA 8** »

»» ENTREVISTA »» **FREDERICO LOPES**

PROFESSOR DO INSTITUTO METRÓPOLE DIGITAL

“A tecnologia precisa melhorar a vida das pessoas”

« UFRN » Professor do IMD explica projeto 'Cidades Inteligentes' que tem compromisso de desenvolver tecnologia voltada para melhorias de gestão

ROSA LÚCIA ANDRADE
Repórter

Trabalhar informações para otimizar a gestão de serviços para a população em um dos focos da proposta de Cidades Inteligentes e Humanas, um conceito mundial que vem se tornando realidade graças à tecnologia. A Universidade Federal do Rio Grande do Norte, através do Instituto MetrÓpole Digital, é referência como Instituto de Ciência e Tecnologia ligado ao município de Natal dentro da Rede Nacional de Cidades Inteligentes, num possível parceria. O que há de concreto são pesquisas e alguns produtos já em andamento para uso nessas melhorias. Além de um projeto macro, integrando várias áreas, voltado para esta finalidade, como explica Frederico Lopes, professor do IMD que está a frente dessa discussão. Este projeto foi submetido a edital do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, do Ineci, Instituto Nacional de Estudos de Cidades Inteligentes. Este será um dos assuntos abordados na 24ª edição do Motores do Desenvolvimento do Rio Grande do Norte, dia 10 próximo, com o tema “UFRN: Tecnologia da Informação acelerando o desenvolvimento”.

Em que ponto está esse projeto de Cidades Inteligentes e Humanas aqui na UFRN?

Nós montamos um grupo no passado, pois existe um edital do Ministério da Ciência e Tecnologia, que é a criação de Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, e uma das áreas é da computação e um dos tópicos que ele menciona é esse das Cidades Inteligentes. E a gente vem trabalhando nessa área, mesmo que de forma independente, por exemplo, o grupo que eu participo, especificamente, os professores trabalham com vários temas correlatos de Cidades Inteligentes. A gente já tem hoje a Find Natal que é uma aplicação, um app para Android, um sistema de guias turístico aqui pra cidade com várias informações interessantes para o turista; informações que em outros guias são mais genéricas por não te-

Cidades Inteligentes, existe atualmente um termo Cidades Inteligentes e Humanas. Porque não é só embutir tecnologia, mas voltar essa tecnologia para melhorias em geral”

rem sido geradas por pessoas daquelas cidades. Então as informações para o turista são passadas e coletadas por pessoas que trabalham com isso. E o interessante para Cidades Inteligentes com um guia turístico é o potencial de informações que possibilita a gente pegar com essa aplicação, como por exemplo, o fluxo turístico na cidade, a gente consegue dizer quais são os lugares que estão visitando na cidade, quanto tempo ele passa em cada lugar. Então são informações importantes para a gestão do turismo também, tanto do ponto de vista do poder público, sendo a principal atividade da cidade, e seriam informações interessantes também para as empresas de turismo. Essa informação ainda não está sendo repassada para ninguém, porque está em fase de atrair mais parcerias, conversando com o poder municipal, tanto com a Sempla como com a Secretaria de Turismo também.

Esse projeto vem desde quando?

Essa aplicação está pronta desde o período da Copa. Faz um ano que a gente vem colhendo informações. Estamos fazendo outros sistemas, ou planejando começar de forma mais imediata, a partir des-

se segundo semestre, em outras áreas. Hoje a gente tem uma parceria, num acordo de cooperação entre a UFRN e a Secretaria de Segurança Pública do Estado. Tem essa carência de desenvolvimento de tecnologia lá dentro do departamento [Centro Integrado de Operações de Segurança Pública - Ciosp] e a gente fez a parceria para tentar ajudar a resolver.

Em que fase está esse projeto?

Em andamento, esse do turismo, que vai começar uma segunda fase agora, para fazer alguns novos requisitos no sistema. E já existe interesse em fazer o Find Florianópolis, então a gente está firmando parceria com a universidade federal de lá pra eles usarem a mesma plataforma que a gente desenvolveu e mudar só os dados da cidade. Em um ponto interessante que podemos repassar, mas não estamos repassando ainda, informações importantes para a polícia também. Não informações sobre quem é o turista, a gente não quer saber isso, eu sei que é um turista, a gente faz algumas perguntas sobre nacionalidade, se for brasileiro, de qual região do Brasil, informações mais estatísticas. Mas o interessante é que a gente consegue dizer à polícia, em tempo real, onde está a massa, a concentração de turista momentaneamente, pra poder permitir que a polícia faça rondas pra evitar assaltos, pra segurança deles. E com esses rondas evitaria o desgaste pra fama turismo na cidade, além de preservar o próprio turista. Isso é de interesse deles [Sesc], porque hoje eles não sabem em tempo real. Funciona com informações repassadas pelo turista e o próprio aplicativo captam as informações via GPS. É importante deixar claro que a polícia não faz isso hoje. Agora que o acordo foi assinado a gente vai começar a implantar para que eles tenham as informações.

E outras iniciativas além dessas?

A gente tem outras iniciativas sendo desenvolvidas, como por exemplo, como capturar informações nas redes sociais para permi-



ALEX RÉGIS

itória e desenvolver soluções importantes voltadas para cidades inteligentes. A gente não quer simplesmente soluções isoladas. Se os sistemas estiverem isolados, não estiverem conversando, então a cidade não é tão inteligente assim.

Tem algum projeto previsto na área ambiental?

Tem. Vai ter iniciativas na área de economia de energia, de coleta de lixo, além de turismo, segurança, saúde, educação. E isso vai gerar muita tecnologia na cidade e poder gerar muitos negócios.

Negócios na área de TI ou voltados para as soluções?

Para as soluções. Tanto que a nossa incubadora faz parte também do projeto que a gente submeteu ao edital. Então a gente quer fomentar a criação de novas empresas a partir de informações geradas.

E como a universidade está em relação a outros estados quanto a essa discussão?

Com relação a alguns lugares a gente tá um pouco atrasado, por exemplo, no Rio de Janeiro a prefeitura, acredito, criou um centro de controle, tipo Ciosp, sendo que com abrangência bem maior e tem uma parceria com a IBM. Mas não sei se a universidade federal está incluída nisso, sei que foi iniciada na prefeitura, que está bem à frente da nossa, porque eles contrataram um serviço já pronto. Florianópolis tem algumas iniciativas, já. Então Natal está começando agora, temos já algumas iniciativas no Brasil, mas muita gente não começou ainda não.

E o município está envolvido?

A própria Secretaria de Planejamento do município veio atrás da gente, querendo conhecer melhor o projeto e estamos conversando para fazer uma parceria. O município entrou agora na Rede Brasileira de Cidades Inteligentes e Humanas, em que as prefeituras de várias cidades do Brasil estão desenvolvendo projetos nessa área sempre ligados a algum ICT, então a prefeitura convidou a gente para participar com eles e nós aderimos a essa rede nacional como Instituto de Ciência e Tecnologia vinculada à prefeitura. Então a gente desenvolve tecnologia aqui na universidade se eles não comprarem a ideia.

E há entendimento dos gestores sobre investimento nesta área?

A nossa parceria com a Sesc, não existe contrapartida financeira deles. A gente tá buscando outros meios de financiar a pesquisa.

Existem recursos federais para isso?

Sim, este edital é um dos possíveis. Lógico que podemos buscar em outros ministérios. É esse caminho que a gente vai seguir. Por que são trabalhos com grande impacto para o cidadão.

tir que a polícia descubra eventos criminosos antes deles acontecerem. Por exemplo, vai ter um clássico ABC e América e as torcidas já estão dizendo que vão se encontrar em determinada esquina perto do estádio pra brigar, então é ficar monitorando as redes sociais e ver isso daí. Um outro sistema que a gente tá começando a pensar em como fazer é de análise criminal mesmo, pegar informações sobre crimes e trabalhar essas informações através da inteligência policial, big data, uma tecnologia bem recente, bem em alta agora, que faz análise de dados. Como funciona? A gente pega dados crus, mais primitivos sobre crimes, onde estão acontecendo na cidade, as causas. A big data permite analisar todos os dados existentes pra gerar dados mais relevantes. Ele consegue, através de várias técnicas, descobrir informações mais relevantes e essas informações iriam ajudar a mudar o tipo de ação do gestor público. Em vez de ser uma ação reativa como é hoje, ela ser mais pro ativa. O importante é que a ação seja realizada antes que a coisa aconteça. Esse tratamento de informação pode permitir que a gente perceba certos padrões e quando perceber que



aquele padrão tá começando a acontecer, se possa ter ações de forma que previna que aconteça algo. O Cidades Inteligentes, em geral, foca muito nisso: permitir essas mudanças de gestão.

E não só isso. Cidades Inteligentes, existe atualmente um termo Cidades Inteligentes e Humanas. Porque não é só embutir tecnologia, mas voltar essa tecnologia para melhorias em geral.

E que outras áreas mais podem ser beneficiadas com esse projeto?

Quando o Governo lançou o edital, a gente viu que várias ações isoladas aqui dentro do IMD e na UFRN, estavam sendo desenvolvi-

das voltadas para cidades inteligentes, só que separadas. Então a gente juntou e submeteu o projeto para esse edital que se chama Ineci, Instituto Nacional de Estudos de Cidades Inteligentes. E a proposta desse edital, que o resultado em outubro desse ano, é criar um instituto de referência na área de estudos de cidades inteligentes. Referência no Brasil. E pra isso a gente reuniu pesquisadores da universidade, mas não só da UFRN, de várias outras universidades brasileiras e algumas de outros países, como colaboradores estrangeiros. A

OS MOTORES DO DESENVOLVIMENTO
DO RIO GRANDE DO NORTE

UFRN: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO ACCELERANDO O DESENVOLVIMENTO

SEMINÁRIO - 10/08/15 (Segunda-feira)
CADERNO ESPECIAL - 16/08/15 (Domingo)
www.tribunadonorte.com.br/motoresrn

REALIZAÇÃO

PATROCÍNIO

clique para zoom avanti / indietro

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE DATA: 02.08.15 EDITORIA: NATAL



UFRN: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO ACELERANDO O DESENVOLVIMENTO

OS MOTORES DO DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE

SEMINÁRIO - uma tecnologia da informação acelerando o desenvolvimento
Local: Auditorio Manoel Francisco - Casa de Indústria
Endereço: Av. Senador Salgado Filho, 2661
Lagoa Nova, Natal/RN
Data: 10 de agosto de 2015, Segunda-feira
Horário: 8h30

Autoridades, especialistas e empresários debatem os pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças para o desenvolvimento do Estado.

INSCRIÇÕES GRATUITAS - 4006.6120 - 4006.6121 - VAGAS LIMITADAS.

REALIZAÇÃO

PATROCÍNIO

www.tribunadonorte.com.br/seminar

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE DATA: 02.08.15 EDITORIA: NATAL



UFRN: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO ACELERANDO O DESENVOLVIMENTO

OS MOTORES DO DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE

SEMINÁRIO - UFRN TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO ACELERANDO O DESENVOLVIMENTO
Local: Auditório Álvaro Franco - Casa da Indústria
Endereço: Av. Senador Salgado Filho, 3000
Logradouro, Natal/RN
Data: 17 de agosto de 2015, Segunda-feira
Horário: 8 horas

Autoridades, especialistas e empresários debatem os pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças para o desenvolvimento do Estado.

INSCRIÇÕES GRATUITAS - 4006.6120 - 4006.6121 - VAGAS LIMITADAS.

REALIZAÇÃO



PATROCÍNIO



www.tribunadonorte.com.br/motors

VEÍCULO: ROBINSON PIRES DATA: 31.07.15 EDITORIA: POLÍTICA

Presidente da Fecomércio prestigia Festa de Sant'Ana e homenageia Caicó pela vitória no Dia do Desafio



O presidente do Sistema Fecomércio RN, Marcelo Queiroz, juntamente com o vice presidente da casa, Luiz Lacerda; os diretores regionais do Sesc e Senac, Jeane Amaral e Fernando Virgílio; a presidente do Sindicato do Comércio Varejista local, Cleide Nogueira; sua vice, Íldica Vale; e o presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Santa Cruz, Márcio Macedo, prestigiou na tarde de ontem (30.07) a Feirinha de Sant'Ana no município de Caicó. O evento, que já virou tradição e movimenta a economia local, acontece todos os anos no Largo da Catedral em alusão aos festejos da santa padroeira da cidade.

Marcelo Queiroz falou da satisfação em participar e apoiar os festejos de Sant'Ana. "A Festa de Sant'Ana de Caicó é uma das maiores expressões religiosas e culturais do nosso povo. Já se consolidou, também, como um dos pontos altos do calendário turístico de nosso estado. Sendo assim, o Sistema Fecomércio reafirma sua condição de parceria com a festa e com o povo caicoense, renovando ações, projetos e atividades, pontuais e perenes, na nossa unidade Sesc Seridó, que é uma das maiores e mais bem equipadas do RN. Faço questão de prestigiar a festa e ser, todos os anos, testemunha do seu crescimento e de sua importância, não só para Caicó e a região do Seridó, mas para todo o povo potiguar", declarou Queiroz.

Na ocasião, foi entregue ao prefeito de Caicó, Roberto Germano, uma placa em homenagem à vitória alcançada pela cidade no Dia do Desafio 2015. O município seridoense, agora tetracampeão, conseguiu alcançar o envolvimento de 77% da população, vencendo a cidade de Aquiraz, localizada no estado do Ceará.

CLASSIFICAÇÃO: POSITIVA

VEÍCULO: BLOG A FONTE **DATA:** 01.08.15 **EDITORIA:** POLÍTICA

Roberto Germano recebe placa em homenagem da vitória no Dia do Desafio



O presidente do Sistema Fecomércio RN, Marcelo Queiroz, juntamente com o vice-presidente da casa, Luiz Lacerda; os diretores regionais do Sesc e Senac, Jeane Amaral e Fernando Virgílio; a presidente do Sindicato do Comércio Varejista local, Cleide Nogueira; sua vice, Íldica Vale; e o presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Santa Cruz, Márcio Macedo, prestigiou a Feirinha de Sant'Ana no município de Caicó.

Marcelo Queiroz falou da satisfação em participar e apoiar os festejos de Sant'Ana. "A Festa de Sant'Ana de Caicó é uma das maiores expressões religiosas e culturais do nosso povo. Já se consolidou, também, como um dos pontos altos do calendário turístico de nosso estado. Sendo assim, o Sistema Fecomércio reafirma sua condição de parceria com a festa e com o povo caicoense, renovando ações, projetos e atividades, pontuais e perenes, na nossa unidade Sesc Seridó, que é uma das maiores e mais bem equipadas do RN.

CLASSIFICAÇÃO: POSITIVA

VEÍCULO: BLOG EDUARDO DANTAS **DATA:** 01.08.15 **EDITORIA:** POLÍTICA

Roberto Germano recebe placa em homenagem a vitória no Dia do Desafio



O presidente do Sistema Fecomércio RN, Marcelo Queiroz, juntamente com o vice-presidente da casa, Luiz Lacerda; os diretores regionais do Sesc e Senac, Jeane Amaral e Fernando Virgílio; a presidente do Sindicato do Comércio Varejista local, Cleide Nogueira; sua vice, Íldica Vale; e o presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Santa Cruz, Márcio Macedo, prestigiou a Feirinha de Sant'Ana no município de Caicó

Marcelo Queiroz falou da satisfação em participar e apoiar os festejos de Sant'Ana. "A Festa de Sant'Ana de Caicó é uma das maiores expressões religiosas e culturais do nosso povo. Já se consolidou, também, como um dos pontos altos do calendário turístico de nosso estado. Sendo assim, o Sistema Fecomércio reafirma sua condição de parceria com a festa e com o povo caicoense, renovando ações, projetos e atividades, pontuais e perenes, na nossa unidade Sesc Seridó, que é uma das maiores e mais bem equipadas do RN. Faço questão de prestigiar a festa e ser, todos os anos, testemunha do seu crescimento e de sua importância, não só para Caicó e a região do Seridó, mas para todo o povo potiguar", declarou Queiroz.

Na ocasião, foi entregue ao prefeito de Caicó, Roberto Germano, uma placa em homenagem à vitória alcançada pela cidade no Dia do Desafio 2015. O município seridoense, agora tetracampeão, conseguiu alcançar o envolvimento de 77% da população, vencendo a cidade de Aquiraz, localizada no estado do Ceará.

O gestor municipal se mostrou grato por poder receber o evento, e destacou a importância do envolvimento em atividades que resultem em melhorias na qualidade de vida dos caicoenses. "Nos empenhamos para ser vitoriosos nesse desafio mundial, e esperamos continuar vencendo este e tantos outros desafios que possam

resultar em melhoria para a população do nosso município”. Disse Roberto Germano.

CLASSIFICAÇÃO: POSITIVA

VEÍCULO: POLÍTICA EM FOCO DATA: 01.08.15 EDITORIA: POLÍTICA

PRESIDENTE DA FECOMÉRCIO CUMPRE AGENDA EM CAICÓ

O presidente do Sistema Fecomércio RN, Marcelo Queiroz, juntamente com o vice presidente da casa, Luiz Lacerda; os diretores regionais do Sesc e Senac, Jeane Amaral e Fernando Virgílio; a presidente do Sindicato do Comércio Varejista local, Cleide Nogueira; sua vice, Íldica Vale; e o presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Santa Cruz, Márcio Macedo, prestigiou na tarde de ontem (30.07) a Feirinha de Sant'Ana no município de Caicó. O evento, que já virou tradição e movimentou a economia local, acontece todos os anos no Largo da Catedral em alusão aos festejos da santa padroeira da cidade.

Marcelo Queiroz falou da satisfação em participar e apoiar os festejos de Sant'Ana. "A Festa de Sant'Ana de Caicó é uma das maiores expressões religiosas e culturais do nosso povo. Já se consolidou, também, como um dos pontos altos do calendário turístico de nosso estado. Sendo assim, o Sistema Fecomércio reafirma sua condição de parceria com a festa e com o povo caicoense, renovando ações, projetos e atividades, pontuais e perenes, na nossa unidade Sesc Seridó, que é uma das maiores e mais bem equipadas do RN. Faço questão de prestigiar a festa e ser, todos os anos, testemunha do seu crescimento e de sua importância, não só para Caicó e a região do Seridó, mas para todo o povo potiguar", declarou Queiroz.

Na ocasião, foi entregue ao prefeito de Caicó, Roberto Germano, uma placa em homenagem à vitória alcançada pela cidade no Dia do Desafio 2015. O município seridoense, agora tetracampeão, conseguiu alcançar o envolvimento de 77% da população, vencendo a cidade de Aquiraz, localizada no estado do Ceará.

O gestor municipal se mostrou grato por poder receber o evento, e destacou a importância do envolvimento em atividades que resultem em melhorias na qualidade de vida dos caicoenses. "Nos empenhamos para ser vitoriosos nesse desafio mundial, e esperamos continuar vencendo este e tantos outros desafios que possam resultar em melhoria para a população do nosso município".



CLASSIFICAÇÃO: POSITIVA

VEÍCULO: BLOG SERIDÓ DATA: 01.08.15 EDITORIA: POLÍTICA

Prefeito Roberto Germano recebe placa em homenagem a vitória de Caicó no Dia do Desafio



O presidente do Sistema Fecomércio RN, Marcelo Queiroz, juntamente com o vice-presidente da casa, Luiz Lacerda; os diretores regionais do Sesc e Senac, Jeane Amaral e Fernando Virgílio; a presidente do Sindicato do Comércio Varejista local, Cleide Nogueira; sua vice, Íldica Vale; e o presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Santa Cruz, Márcio Macedo, prestigiou a Feirinha de Sant'Ana no município de Caicó.

Marcelo Queiroz falou da satisfação em participar e apoiar os festejos de Sant'Ana. "A Festa de Sant'Ana de Caicó é uma das maiores expressões religiosas e culturais do nosso povo. Já se consolidou, também, como um dos pontos altos do calendário turístico de nosso estado. Sendo assim, o Sistema Fecomércio reafirma sua condição de parceria com a festa e com o povo caicoense, renovando ações, projetos e atividades, pontuais e perenes, na nossa unidade Sesc Seridó, que é uma das maiores e mais bem equipadas do RN. Faço questão de prestigiar a festa e ser, todos os anos, testemunha do seu crescimento e de sua importância, não só para Caicó e a região do Seridó, mas para todo o povo potiguar", declarou Queiroz.

Na ocasião, foi entregue ao prefeito de Caicó, Roberto Germano, uma placa em homenagem à vitória alcançada pela cidade no Dia do Desafio 2015. O município seridoense, agora tetracampeão, conseguiu alcançar o envolvimento de 77% da população, vencendo a cidade de Aquiraz, localizada no estado do Ceará.

O gestor municipal se mostrou grato por poder receber o evento, e destacou a importância do envolvimento em atividades que resultem em melhorias na qualidade de vida dos caicoenses. "Nos empenhamos para ser vitoriosos nesse desafio mundial, e esperamos continuar vencendo este e tantos outros desafios que possam resultar em melhoria para a população do nosso município". Disse Roberto Germano.

CLASSIFICAÇÃO: POSITIVA

VEÍCULO: O MOSSOROENSE DATA: 02.08.15 EDITORIA: CAPA E UNIVERSO



Turnê

Espectáculo "O Último Godot" será apresentado gratuitamente no Teatro Municipal Dix-huit Rosado

Espectáculo será apresentado em outras cidades do Rio Grande do Norte e da Paraíba

Mossoró receberá na próxima terça-feira (4), a partir das 19 horas, no Teatro Dix-huit Rosado, o espetáculo O Último Godot. O texto de Matéi Visniec, e resultado também de pesquisas acadêmicas universitárias, foi apresentado pela primeira vez em Manaus, em 2013. Participou da Mostra Sesc de Artes Cênicas e foi selecionado para o XI Festival de Teatro da Amazônia, tendo a potiguar Tiziane Virgílio indicada ao prêmio de melhor atriz em 2014.

Apresentado gratuitamente, o projeto de turnê foi uma idealização de Tiziane, jornalista, produtora cultural e atriz norte-riograndense, que reside há dez anos na capital amazonense, em parceria com mais três amigos, um deles

também potiguar: "A nossa intenção é diminuir essa carência por produtos culturais no Estado. Levá-los - os espetáculos - a cidades menos assistidas por projetos culturais é um dos maiores motivadores deste elenco", enfatiza a idealizadora do projeto.

O grupo teatral, que não tem um nome definido, fará 11 apresentações em 10 cidades diferentes entre os estados do Rio Grande do Norte e Paraíba, incluindo algumas comunidades rurais. Mossoró será a segunda cidade a receber o espetáculo: "Vai ser a realização de um sonho, mas também uma aventura. Os espetáculos acontecerão sempre à noite, e no dia seguinte já vamos para uma cidade diferente, para nova apresentação. Vaiser bem corrido, mas

foi tudo muito bem planejado pra dar certo", comenta a atriz Tiziane Virgílio.

O Último Godot" é apresentado em um único ato onde seus dois personagens, Samuel Beckett (Ismael Farias) e Godot (Tiziane Virgílio), após serem expulsos de um teatro por serem os únicos espectadores da noite, descobrem suas identidades e Godot decide questionar Beckett quanto a sua decisão de escrevê-lo como um personagem que não aparece.

O espetáculo será apresentado em Mossoró, Natal e João Pessoa (PB), onde haverá a tradução em libras e a audiodescrição para um grupo de dez pessoas, as demais cidades contempladas pela turnê receberão a peça "Fando y Lis", de Fernando Arrabal.



mente, o projeto de turnê foi uma idealização de Tiziane, jornalista, produtora cultural e atriz norte-riograndense, que reside há dez anos na capital amazonense, em parceria com mais três amigos, um deles

título: "Vai ser a realização de um sonho, mas também uma aventura. Os espetáculos acontecerão sempre à noite, e no dia seguinte já vamos para uma cidade diferente, para nova apresentação. Vai ser bem corrido, mas

e João Pessoa (PB), onde haverá a tradução em libras e a audiodescrição para um grupo de dez pessoas, as demais cidades contempladas pela turnê receberão a peça "Fando y Lis", de Fernando Arrabal.



Calendário de apresentações

"O ÚLTIMO GODOT"

Mossoró, 4 de agosto (19h)
Local: Teatro Municipal Dix-huit Rosado

João Pessoa - PB, 14 de agosto (19h)
Local: Teatro Lima Penante

Natal, 18 de agosto (20h)
Local: IFRN - Auditório do Campus Central (Salgado Filho)

"FANDO Y LIS"

João Câmara, 3 de agosto (20h)
Local: Ginásio Poliesportivo João Lucas

Macau, 6 de agosto (20h)
Local: Teatro Nossa Senhora da Conceição

São José da Passagem (Santana do Matos), 7 de agosto (19h)

Local: Escola Municipal José Félix da Silva Júnior

Sítio Curralinho (Santana do Matos), 8 de agosto (19h)

Currais Novos, 9 de agosto (20h)
Local: Associação Avante de Cultura

Parelhas, 12 de agosto (19h30)
Local: Ponto de Cultura Companhia das Artes

Oficina dia 11 de agosto às 14h

Campina Grande - PB, 13 de agosto (20h)

Local: Teatro Municipal Severino Cabral/Sala Evandro Barros

Natal, 19 de agosto (20h)
Local: IFRN - Auditório do Campus Central (Salgado Filho)

CLASSIFICAÇÃO: POSITIVA

VEÍCULO: GAZETA DO OESTE DATA: 02.08.15 EDITORIA: CAPA E EXPRESSÃO

EDUARDO KLINSMANN



Teatro

O espetáculo O Último Godot será exibido em Mossoró, no Teatro Dix-huit Rosado, no próximo dia 4, dentro do roteiro nacional. •EXPRESSÃO
Capa

O último Godot

Obra baseada em Samuel Beckett chega a Mossoró no dia 4, além de visitar outras cidades do Nordeste

Mossoró será a segunda cidade do roteiro de um grupo de amigos que resolveu, de forma espontânea, criar um espetáculo baseado em *Godot* e levá-lo a várias cidades do Nordeste. Em duas semanas, serão 11 apresentações gratuitas em 10 lugares diferentes. Entre eles, comunidades rurais, que terão a oportunidade de "conhecer" o teatro. Na terça-feira, 4, no Teatro Dix-huit Rosado, a partir das 19h, com entrada gratuita, *O último Godot* será apresentado. A peça, de um único ato, é dedicada aos seus dois personagens, Samuel Beckett (Ismael Farias) e *Godot* (Tiziane Virgílio), que após serem expulsos do teatro por serem os únicos espectadores da noite, descobrem suas identidades e *Godot* decide questionar Beckett quanto a sua decisão de escrevê-lo como um personagem que não aparece.

O espetáculo, resultado de pesquisas acadêmicas universitárias, estreou em 2013, em Manaus. No ano



Espectáculo terá apresentação gratuita em Mossoró, dia 4, às 19h, no Teatro Municipal

seguinte, participou da Mostra SESC de Artes Cênicas e em outubro foi selecionado para o XI Festival de Teatro da Amazônia. Tiziane Virgílio foi indicada ao prêmio de melhor atriz.

"Vai ser a realização de um sonho, mas também uma aventura. Os espetáculos acontecerão sempre à noite, e no dia seguinte, já vamos partir para uma cidade diferente, para uma nova apresentação. Vai ser bem corrido, mas foi tudo muito bem planejado pra dar certo", completa Tiziane. Em Currais Novos, Parelhas, Natal e João Pessoa, no interior

público no setor cultural do país. Na Bahia, por exemplo, estado campeão no ranking do Nordeste, as despesas do governo estadual com cultura chegaram a 8,9% do total investido no país.

Com os números em mãos, a ideia veio à cabeça de uma natalense, que há mais de 10 anos mora em Manaus, no Amazonas. Porque não "apresentar" o teatro a conterrâneos que desconhecem seus encantos? Tiziane Virgílio, jornalista, produtora cultural e atriz, convidou então três colegas atores (um deles também atriz) e outros

Entre os lugares escolhidos pelo grupo, cidades do interior e até comunidades rurais de Santana do Matos. "Queremos apaixonar, queremos fazer para quem nunca foi feito. A nossa intenção é diminuir a carência por produtos culturais no Estado. Levá-los - os espetáculos - a cidades menos assistidas por projetos culturais é um dos maiores motivadores deste elenco", diz a idealizadora do projeto.

E motivação e paixão serão os combustíveis do grupo para a verdadeira maratona. Em pouco mais de duas semanas, serão dia 10

CURRÍCULO ARTÍSTICO DOS ENVOLVIDOS

Leonel Worton - Diretor, ator e acadêmico do Curso de Teatro da Universidade do Estado do Amazonas, atuou em mais de 20 espetáculos entre 1999 e 2008 na Cia. Pombal Arte Espaço Alternativo (AM). Entre 2008 e 2013 atuou na Associação Amazônia Arte-Mythos e Companhia de Teatro Metamorfose (AM). Neste mesmo período fundou a sua própria companhia, a Zona Cultural, atuando e dirigindo mais de 7 espetáculos, indicado e vencedor de prêmios como de melhor direção, sonoplastia, figurino, espetáculo, melhor trabalho coletivo, melhor trilha e composição visual.

Ismael Farias - Ator formado em Teatro pela Universidade do Estado do Amazonas. Além de atuações em programas, comerciais e novelas em televisão, atua em teatro desde 1977 e já participou de mais de 20 espetáculos teatrais, dentre eles *Pintinho 12*, criado coletivamente no ambiente acadêmico e selecionado para a XI Edição do festival de Teatro da Amazônia.

Tiziane Virgílio - Jornalista, produtora cultural e Atriz formada em Teatro pela Universidade do Estado do Amazonas. Atuou em *O Gato Malhado* e *A Andorinha Sinhá*, de Jorge Amado. Ganhou o prêmio de melhor atriz com o *Lis* no X Festival de Teatro da Amazônia e foi indicada ao mesmo prêmio no ano seguinte, como *Godot*. Atuou no curta metragem "No Rio das Borboletas", de Zeudí Souza.

Tony Ferreira - Ator do grupo Teatro Popular do SESI, atuou em espetáculos premiados como melhor iluminação, melhor trabalho coletivo, melhor trilha e composição visual.

Thércio Leite - Estudante de Publicidade e Propaganda na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com formação na Escola Sesc de Ensino Médio (RJ). Teve experiência profissionais no Espaço Cultural Escola Sesc/RJ e no Sesc/RN. Capacitado pelo SENAC-RIO, atua como fotógrafo profissional desde 2013.

PROGRAMAÇÃO COMPLETA

"Fando y Lis"

1. João Câmara, 3 de agosto (20h)
Local: Ginásio Poliesportivo João Lucas

2. Macau, 6 de agosto (20h)
Local: Teatro Nossa Senhora da Conceição

3. São José da Passagem (Santana do Matos), 7 de agosto (19h)
Local: Escola Municipal José Félix da Silva Júnior

Companhia das Artes
Oficina dia 11 de agosto, às 14:00

7. Campina Grande - PB, 13 de agosto (20h)
Local: Teatro Municipal Severino Cabral / Sala Evandro Barros

8. Natal, 19 de agosto (20h)
Local: IFRN - Auditório do Campus Central (Salgado Filho)

"O Último Godot"



ça, de um único ato, e dedicada aos seus dois personagens, Samuel Beckett (Ismael Farias) e Godot (Tiziane Virgílio), que após serem expulsos do teatro por serem os únicos espectadores da noite, descobrem suas identidades e Godot decide questionar Beckett quanto a sua decisão de escrevê-lo como um personagem que não aparece.

O espetáculo, resultado de pesquisas acadêmicas universitárias, estreou em 2013, em Manaus. No ano



Queremos apaixonar, queremos fazer para quem nunca foi feito. A nossa intenção é diminuir essa carência por produtos culturais”

Tiziane Virgílio

espetáculo terá apresentação gratuita em Mossoró, dia 4, às 19h, no Teatro Municipal

seguinte, participou da Mostra SESC de Artes Cênicas e em outubro foi selecionado para o XI Festival de Teatro da Amazônia. Tiziane Virgílio foi indicada ao prêmio de melhor atriz.

“Vai ser a realização de um sonho, mas também uma aventura. Os espetáculos acontecerão sempre à noite, e no dia seguinte, já vamos partir para uma cidade diferente, para uma nova apresentação. Vai ser bem corrido, mas foi tudo muito bem planejado pra dar certo”, completa Tiziane. Em Currais Novos, Parelhas, Natal e João Pessoa, os interessados ainda vão poder participar de oficinas de teatro.

TRISTE CENA

Os números são do IBGE, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Entre 2007 e 2010, o Rio Grande do Norte foi responsável por apenas 0,7% de todo o investimento de dinheiro

público no setor cultural do país. Na Bahia, por exemplo, estado campeão no ranking do Nordeste, as despesas do governo estadual com cultura chegaram a 8,9% do total investido no país.

Com os números em mãos, a ideia veio à cabeça de uma natalense, que há mais de 10 anos mora em Manaus, no Amazonas. Porque não “apresentar” o teatro a conterrâneos que desconhecem seus encantos? Tiziane Virgílio, jornalista, produtora cultural e atriz, convidou então três colegas atores (um deles também potiguar e outro cearense), para juntos, voltarem à sua terra natal apresentando trabalhos que tiveram início na sala de aula da Universidade do Estado do Amazonas.

O resultado vai poder ser visto a partir da próxima segunda, dia 3 de agosto, em palcos (profissionais e outros improvisados) no RN.

Entre os lugares escolhidos pelo grupo, cidades do interior e até comunidades rurais de Santana do Matos. “Queremos apaixonar, queremos fazer para quem nunca foi feito. A nossa intenção é diminuir essa carência por produtos culturais no Estado. Levá-los aos espetáculos - a cidades menos assistidas por projetos culturais é um dos maiores motivadores deste elenco”, diz a idealizadora do projeto.

E motivação e paixão serão os combustíveis do grupo para a verdadeira maratona. Em pouco mais de duas semanas, até o dia 19, eles farão 11 apresentações em 10 locais diferentes. A maioria no RN, mas o roteiro ainda inclui João Pessoa e Campina Grande, na Paraíba. Tudo de graça!



LEIA TAMBÉM NA VERSÃO ON LINE

GAZETADOESTE.COM.BR

te, com formação na Escola Sesc de Ensino Médio (RJ). Teve experiência profissionais no Espaço Cultural Escola Sesc/RJ e no Sesc/RN. Capacitada pelo SENAC-RIO, atua como fotógrafo profissional desde 2013.

PROGRAMAÇÃO COMPLETA

“Fando y Lis”

1. João Câmara, 3 de agosto (20h)
Local: Ginásio Poliesportivo João Lucas

2. Macau, 6 de agosto (20h)
Local: Teatro Nossa Senhora da Conceição

3. São José da Passagem (Santana do Matos), 7 de agosto (19h)
Local: Escola Municipal José Félix da Silva Júnior

4. Sítio Curralinho (Santana do Matos), 8 de agosto (19h)

5. Currais Novos, 9 de agosto (20h)
Local: Associação Avoante de Cultura
Oficina dia 10 de agosto, às 14h

6. Parelhas, 12 de agosto (19h30)
Local: Ponto de Cultura

Companhia das Artes
Oficina dia 11 de agosto, às 14:00

7. Campina Grande - PB, 13 de agosto (20h)
Local: Teatro Municipal Severino Cabral / Sala Evandro Barros

8. Natal, 19 de agosto (20h)
Local: IFRN - Auditório do Campus Central (Salgado Filho)

“O Último Godot”

1. Mossoró, 4 de agosto (19h)
Local: Teatro Municipal Dix Huit Rosado

2. João Pessoa - PB, 14 de agosto (19h)
Local: Teatro Lima Penante
Oficina dia 15 de agosto às 9:00

3. Natal, 18 de agosto (20h)
Local: IFRN - Auditório do Campus Central (Salgado Filho)

Flipipa

O Sistema Fecomércio (Sesc RN) participa, pelo 4º ano consecutivo, do Festival Literário de Pipa (FLIPIPA). Entre as atividades oferecidas pela instituição, que vão de 06/08 a 08/08, está o show do grupo Qu4tro, que encerra o evento.



Festuern

A organização do Festival de Teatro da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FESTUERN) adiou para o dia 17 de agosto a divulgação do resultado parcial das escolas selecionadas.



CLASSIFICAÇÃO: POSITIVA

VEÍCULO: GAZETA DO OESTE DATA: 02.08.15 EDITORIA: EXPRESSÃO

A Casatória

em turnê

Os municípios receberão apresentações gratuitas do espetáculo A Casatória c'a Defunta e os grupos locais terão intercâmbio cultural com o elenco do espetáculo

A Companhia Pão Doce de Teatro, de Mossoró-RN, iniciou esta semana sua turnê pelo nordeste com o Projeto: Em Lua de Mel. A Companhia foi agraciada em 2014 com prêmio Funarte Artes na Rua, e contemplará, até setembro, cidades como Natal e Santa Cruz no RN, João Pessoa (PB), Russas (CE), Recife e Olinda (PE). Os municípios receberão apresentações gratuitas do espetáculo A Casatória c'a Defunta e os grupos locais terão intercâmbio cultural com o elenco do espetáculo.

A Cia. Pão Doce também representará o Rio Grande do Norte no Intercâmbio Palco Cultural Giratório 2015 que acontecerá até 3 de Agosto com a Cia. NuEscuro de Goiás, em Natal. O projeto Palco Giratório é concebido há 18 anos como uma ação estratégica de difusão e intercâmbio das artes cênicas no País, e é uma iniciativa do Sistema Fecomércio, realizada por meio do Serviço Social do Comércio do Rio Grande do Norte (S-ESC RN).

O grupo também repre-

Pão Doce também representará o RN no Festival Nacional de Teatro de Floriano, no Piauí, em setembro e estará em Janduí (RN), no mesmo mês. "O espetáculo foi criado a partir de uma pesquisa feita pela companhia sobre um assunto que interessa a todos os seres humanos: a vida e a morte. A partir daí, bebemos na fonte de Cascudo, Antônio Francisco, Patativa do Assaré, Jessier Quirino, e também nossos avós e amigos mais velhos. Assim, descobrimos causos sertanejos, que vão desde a poesia matuta, impregnada de humor, neologismos, sarcasmo, amor e ódio, até cantorias, contos de "malassombro" e piadas do sertão que proporcionam aos espectadores novas sensações e boas reflexões sobre a pós-vida, e sobre a cultura popular", revela Romero Oliveira. "Quando escrevi A Casatória c'a Defunta, me inspirei na lenda mal assombrada da Moça de Branco, que existe em várias versões e é contada em diversos países. A lenda fala de uma noiva que foi assassinada e vaga em busca de um noivo pelas estradas,



A Casatória c'a Defunta estará em turnê pelo Nordeste

A COMPANHIA E O ESPETÁCULO

Fundada no ano de 2002, a Cia. Pão Doce de Teatro vem desenvolvendo um trabalho com o público jovem desde a sua primeira montagem, o espetáculo Eu Chove, Tu Choves ele Chove, de Sylvia Orthof. Traz em seu currículo participações em espetáculos dirigidos por personalidades como Marcelo Flecha, João Marcelino, Fernando Bicudo, Antônio Abujamra, Marcos Leonardo di Paula, Eliezer Rolim, Diana Fontes, Júnior

e RN). Foi um dos indicados do RN a concorrer para a Edição 2015 do Palco Giratório e foi contemplado em 2014, com o Prêmio Funarte Artes na Rua.

A Casatória C'a Defunta conta, de modo lúdico e divertido, as peripécias de quem já partiu desta vida para uma melhor dos que ainda respiram por esses ares. Cinco atores em "pernas-de-banco" levam a magia para as ruas a partir da história do medroso Afrânio, que está prestes a casar-se com a romântica Maria Flor, mas

câmbio cultural com o elenco do espetáculo.

A Cia. Pão Doce também representará o Rio Grande do Norte no intercâmbio Palco Cultural Giratório 2015 que acontecerá até 3 de Agosto com a Cia. NuEscuro de Goiás, em Natal. O projeto Palco Giratório é concebido há 18 anos como uma ação estratégica de difusão e intercâmbio das artes cênicas no País, e é uma iniciativa do Sistema Fecomércio, realizada por meio do Serviço Social do Comércio do Rio Grande do Norte (S-ESC RN).

O grupo também representará o RN no 22º Festival Nordestino de Teatro de Guaramiranga. O Festival, que é referência no Nordeste, divulgou neste mês os espetáculos selecionados para a mostra 2015. Companhias de sete Estados estão entre as selecionadas, sendo três do Ceará e um da Bahia, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Maranhão e Sergipe. A mostra não tem caráter competitivo, mas o melhor espetáculo eleito pelo público ganhará o Troféu Beija-Flor. A

de a poesia matuta, impregnada de humor, neologismos, sarcasmo, amor e ódio, até cantorias, contos de "malassombro" e piadas do sertão que proporcionam aos espectadores novas sensações e boas reflexões sobre a pós-vida, e sobre a cultura popular", revela Romero Oliveira. "Quando escrevi A Casatória c'a Defunta, me inspirei na lenda mal assombrada da Moça de Branco, que existe em várias versões e é contada em diversos países. A lenda fala de uma noiva que foi assassinada e vaga em busca de um noivo pelas estradas, pelas vielas ou pelas verdades do sertão, depende de onde a história é contada.

A musicalidade é um ponto forte do espetáculo. Ritmos populares que vão desde as incelenças entoadas pelas carpideiras chorosas, até as mais animadas cantigas de roda marcam o espetáculo. Também utilizei o galope, o baião, o xaxado e o maracatu cearense e o pernambucano. É uma riqueza em ritmos nordestinos que soam bem aos ouvidos do espectador", destaca.

A Casatória c'a Defunta estará em turnê pelo Nordeste

A COMPANHIA E O ESPETÁCULO

Fundada no ano de 2002, a Cia. Pão Doce de Teatro vem desenvolvendo um trabalho com o público jovem desde a sua primeira montagem, o espetáculo *Eu Chovo, Tu Choves ele Chove*, de Sylvia Orthof. Traz em seu currículo participações em espetáculos dirigidos por personalidades como Marcelo Flecha, João Marcelino, Fernando Bicudo, Antônio Abujamra, Marcos Leonardo di Paula, Eliezer Rolim, Diana Fontes, Júnior Félix e Gabriel Vilela.

A companhia tem três aprovações no Prêmio Fomento de Incentivo às Artes, incluindo o espetáculo *A Casatória c'a Defunta*, que estreou no dia 27 de março de 2014 na cidade de Mossoró-RN, como parte da programação do Dia Mundial do Teatro e do Circo. O espetáculo está em cartaz a mais de um ano e já passou por Campina Grande, Apodi, Serra do Mel, Caicó e Natal, incluindo a XI Mostra Ariús de Teatro e também Aldeia Palco Giratório (PB

e RN). Foi um dos indicados do RN a concorrer para a Edição 2015 do Palco Giratório e foi contemplado em 2014, com o Prêmio Funarte Artes na Rua.

A Casatória C'a Defunta conta, de modo lúdico e divertido, as peripécias de quem já partiu desta vida para uma melhor e dos que ainda respiram por esses ares. Cinco atores em "pernas-de-banco" levam a magia para as ruas a partir da história do medroso Afrânio, que está prestes a casar-se com a romântica Maria Flor, mas acidentalmente casa-se com a fantasmagórica Moça de Branco, que o leva para o submundo. Lá, o jovem irá fazer valorosos amigos e aprenderá uma grande lição, porém está disposto a não desistir do seu amor verdadeiro, mesmo que isto lhe custe a própria vida. O Espetáculo tem direção de Marcos Leonardo de Paula e texto e música originais de Romero Oliveira.



LEIA TAMBÉM NA
VERSÃO ON LINE

GAZETADOESTE.COM.BR


CLASSIFICAÇÃO: POSITIVA

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE DATA: 01.08.15 EDITORIA: GEORGE E

ABORRESCENTES!!!

Hoje, às 19h, ainda pode ser conferido o Palco Giratório com a Cia. Teatro Nu Escuro, de Goiás/GO, no Barracão dos Clows (Av. Amintas Barros, 4661. Nova Descoberta). O espetáculo Plural, com classificação etária 10 anos, integra a programação do projeto Palco Giratório, concebido há 18 anos como uma ação estratégica de difusão e intercâmbio das artes cênicas no país. A iniciativa é do Sistema Fecomércio, realizada por meio do Serviço Social do Comércio do Rio Grande do Norte (Sesc RN).

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE DATA: 02.08.15 EDITORIA: NATAL

 O Serviço Social do Comércio – SESC-AR/RN, através de sua Comissão de Credenciamento, torna pública a realização do seguinte credenciamento:

1) 4ª CHAMADA: CREDENCIAMENTO SESC AR/RN Nº 01/2015, que tem como objeto o CREDENCIAMENTO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MÉDICO ESPECIALIZADO EM ULTRASSONOGRAFIA E LAUDOS EM EXAMES DE MAMOGRAFIA E CITOPATOLOGIA. Período para recebimento dos documentos de habilitação: 03/08/2015 à 12/08/2015 no horário 09:00 às 11:00h e 14:00 às 16:00h na sede do SESC AR/RN, localizada na Rua Coronel Bezerra, nº 33, Cidade Alta, Natal/RN.

OBTENÇÃO DO EDITAL: Eletronicamente através do site <http://www.sescrn.com.br>.

INFORMAÇÕES: Pelo telefone (84) 3211-5577, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas.

Natal/RN, 02 de agosto de 2015.

Maria Tereza Lopes de Medeiros Cantídio
Presidente da Comissão de Credenciamento

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE **DATA:** 02.08.15 **EDITORIA:** ECONOMIA

Agosto das letras: Flipipa

Quinta-feira agora, dia 5, começa a programação do Festival Literário da Praia de Pipa. Estica até sábado, 8. Não somente literatura. Tem música, teatro, dança, contação de histórias, folguedos populares e, se quiser, uma pitada de política, tempero essencial na cultura brasileira e até porque Antônio Conselheiro e Carlos Lamarca são mote de uma das Tendas dos Autores. Junte tudo isso com palestras e debates, lançamento de livros, conversas pelos terreiros, esticadas pelos bares, a noite defrente do mar. Agosto começa com fartura e Pipa é uma festa. Flipipa.

Do pessoal que vem de fora, escritores, músicos, atores, compositores, poetas, a delegação está bem constituída. Nomes como a da escritora Marina Colasanti, o poeta e compositor Antônio Cícero, o escritor Marcelino Freire, o compositor e cantor Jorge Mautner, o poeta, violonista e cantor Jards Macalé, o ator Paulo Betti, o antropólogo e historiador Antônio Risério, o ensaísta e professor de Literatura Eduardo Jardim, biógrafo de Mário de Andrade. Lembrando que o autor de Macunaíma é um dos homenageados da Flipipa e que a sua história e sua obra têm afinidades com o Rio Grande do Norte. Este ano celebram-se os 70 anos da morte do escritor paulista.

Da prata de casa vou me lembrando e constatando que tem muita gente boa não somente nas tendas dos autores, mas também nos espetáculos de música, das apresentações de danças, de teatro (“Alegria, Ale-

jo, Geraldo Maia do Nascimento, Carlos Fialho, Abimael Silva, Cassiano Arruda, Tácito Costa, Wani Pereira, Demétrio Diniz, a cantora Kristal, por aí.

São muitas atrações, além das tendas dos autores com suas palestras e debates. A programação começa logo cedo, coisa das 8 horas, atraindo a garotada das escolas dos municípios vizinhos. Destaque para a participação do SESC com o seu projeto “Ação de Incentivo a Leitura”. Final da tarde abre-se a tenda da Editora Jovens Escribas para os “papos literários” e lançamento de livros. No mesmo pátio, a tenda da editora Sebo Vermelho lançando e vendendo livros, mais papos. Muita coisa para se ver, se ouvir e usufruir. Até mestre Gaspar deixa por uns dias a Cova da Onça para pegar o rumo da Pipa, onde gostava de caminhar com o grande Helio Galvão (“*Cartas da Praia*”) no tempo que todo aquele

gria”), nos folguedos populares: Carlos Zens, Danilo Guanais, Aldo Lopes, Ticiano Duarte, Willington Germano, Lívio Oliveira, Vicente Sere-

agitado mundo mundano de hoje era apenas uma simples aldeia de pescadores, aqui e acolá aparecendo um veranista de Goianinha.

Fruta-pão de Pipa

Abro a página 59 de *Cartas da Praia*, livro que Helio Galvão publicou em 1968 pela Edições do Val, do Rio de Janeiro. Reunia suas crônicas, em forma de carta, publicadas na Tribuna do Norte. A carta de n. 22, estampada na página 59, datada de 4 de abril de 1967, começa assim:

“Sr. Redator:

Dei hoje um passeio a Pipa, topônimo já antigo, referido por Gabriel Soares de Souza. O Grande Ponto da Pipa é uma esquina sombreada por alguns pés de fruta-pão e coqueiros. Como não tem residências, dando para o fundo de quintais do pessoal granfino que vem aqui todos os anos, a gente se sente no chão, um chão limpo, de areia branca. Quem não quer ficar sentado, pode-se deitar-se. Outros ficam acocorados e nessa posição permanecem horas a fio.

*Enquanto minha mulher ia conversar com sua comadre Joa-
ninha, esposa do vereador José He-
metério, fico aqui com os pesca-
dores. Domina a conversa João Pa-*

*rá, um sujeito vivo, rosalgar, pes-
cador inteligente e experimenta-
do, dono de barco de que é mestre.”*

Me emociono toda vez que releio estas “Cartas” do doutor Helio Galvão, o jurista, historiador, etnógrafo, professor, o escritor. Mais ainda pela sua generosidade na dedicatória, a letra firme do amigo: “Woden: Estas ‘Cartas da Praia’ devem muito a você. É o momento de agradecer. Helio Galvão. 2.2.68”.

Na apresentação do livro, o sociólogo e antropólogo alagoano Manoel Diégues Júnior escreveu: “Estas ‘Cartas da Praia’ são um primor”. Em primeiro lugar, pela redação: a clareza de dizer as coisas, a naturalidade de expor, a facilidade de exprimir o que viu, capaz de chegar ao entendimento de todos os leitores. Depois, pelas informações: trata-se, na verdade, de uma riqueza sobre a vida praiana, hábitos, costumes, o cotidiano, as conversas, tudo enfim que a etnografia conserva, mas nem sempre se registra.”

NOTÍCIAS DE INTERESSE

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE DATA: 02.08.15 EDITORIA: POLÍTICA

Perdas dos municípios chegam a R\$ 54 milhões

pio click per zoom avanti / indietro

« CIDADES » Natal perdeu R\$ 90 mi em cinco meses, mas problema maior é no interior, onde as finanças giram em torno do Fundo de Participação

De acordo com estimativa de prefeitos que vem acompanhando de perto o problema, como Benes Leocádio, de Lajes, as perdas dos municípios potiguares provocadas pela desaceleração da economia chegam a R\$ 40 milhões mensais. “Só nos municípios de coeficiente 0.6 no FPM (com população até 10.188 habitantes), a perda fica em torno de R\$ 100 mil mensais”, lembra Benes. Em Natal, essa perda é de R\$ 14 milhões/mês, em média, segundo informações da Controladoria-Geral do Município.

Benes lembra que a queda nos repasses das transferências constitucionais (FPM, ICMS, IPVA etc.) refletem também em menos recursos para a Saúde e para a Educação. “A grande griteira hoje é na Saúde. Todas as prefeituras estão tendo de complementar os programas federais para cumprimento do atendimento básico, principalmente o Programa Saúde da Família”, relata Benes.

Ele disse que em função da crise nas finanças, os municípios estão recorrendo a uma espécie de pedalada para pagar os salários. “Na maioria dos casos, as prefeituras pagam o valor líquido - que o servidor ter a receber da prefeitura - e transfere para o mês seguinte os comissionados, as obrigações sociais e o repasse



A receita foi frustrada, mas as despesas não. Tudo o que foi programado ali tem de ser executado”

DIONÍSIO GOMES
controlador-geral / Natal

dos empréstimos consignados aos bancos.

O controlador-geral da prefeitura de Natal, Dionísio Gomes, acrescenta mais um dado às dificuldades enfrentada pelos municípios: até 30 junho apenas 3% dos valores de convênios celebrados pela prefeitura com o governo federal foram efetivamente repassados. “Aí você pode me perguntar qual é a gravidade disso? A gravidade é que quando fizemos o orçamento consideramos os valores desses convênios para efeito de estimar as despesas. Então, a receita foi frustrada, mas as despesas não. Tudo o que foi programado ali tem de ser executado”, lembrou Gomes.

O atraso de salários é a face mais aguda da crise. Mas desde o ano passado, os municípios são obrigados a reprogramar investimentos, adiar obras de pavi-

mentação e construção de escolas, engavetar projetos, suspender licitações, reduzir pessoal. As medidas acabam interferindo na qualidade dos serviços oferecidos à população e a repercussão negativa inundando as redes sociais. Nas cidades com melhor acesso à internet, grupos de moradores se organizam para retratar os problemas dos bairros e ruas em que moram. As postagens geralmente são acompanhadas de comentários ácidos de internautas questionando a capacidade administrativa do prefeito da cidade em que moram.

Isso talvez explique por que 37,8% dos eleitores, na média nacional, avaliam como negativa a atuação dos prefeitos (27,3% no caso dos governadores), segundo a última pesquisa feita pelo Instituto MDA para a Confederação Nacional do Transporte. “Quando uma obra é suspensa porque o dinheiro do governo federal não veio, quem leva a culpa é o prefeito”, justifica Ivan Júnior, de Assu.

A saída apontada pelos prefeitos para evitar o caos administrativo nos municípios é um novo pacto federativo. A distribuição do bolo tributário hoje é feita da seguinte maneira: a União fica com 60% do que é arrecadado, os 27 estados com 24% e os 5.562 municípios com 16%.

Na Câmara dos Deputados foi aprovado no final de junho o

relatório preliminar da comissão especial sobre o pacto federativo com cinco propostas de emenda à Constituição e sete projetos de lei para alterar a partilha de recursos entre União, estados e municípios. O documento de 58 páginas traz mudanças que reduzem o percentual de recursos destinados à União para ampliar a distribuição de tributos entre estados e municípios.

Uma das emendas aumenta o repasse de impostos federais (Imposto sobre Produtos Industrializados [IPI] e Imposto de Renda) ao Fundo de Participação dos Estados (FPE) de 21,5% para 22,5%, com elevação de meio ponto em 2016 e o mesmo percentual em 2017.

Outra propõe aumentar de 10% para 12% a parcela do IPI repassada aos estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente às exportações de cada ente. A proposta também reduz o teto que cada estado pode receber da parcela do IPI de 20% para 10%. As alterações podem gerar uma receita anual de cerca de R\$ 60 bilhões a mais para estados e municípios.

Na próxima semana, os prefeitos de todo o Brasil montam acampamento em Brasília. Uma delegação de 50 prefeitos vai representar o RN no lançamento da Mobilização Municipalista Permanente na Praça dos Três Poderes, no dia 5 de agosto.

HUMBERTO SALES



Benes Leocádio: atraso de salários e complementação na Saúde

JUNIOR SANTOS



Dionísio: repasses de apenas 3% dos convênios federais

MP abre inquéritos sobre pagamento de precatórios

Em meio às dificuldades para colocar os pagamentos em dia, surge mais um problema para os prefeitos. O Diário Oficial do Estado, edição deste sábado, 1º de agosto, publica atos do procurador-geral de Justiça comunicando a abertura de inquérito civil público contra 17 municípios “em virtude de inadimplência de precatórios e descumprimento de ordem de pagamento emanada pela Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte.”

Nas portarias, assinadas pelo procurador-geral adjunto Jovino Pereira Sobrinho, a Procuradoria sugere adoção de providências, com eventual “repre-

PRECATÓRIO

Inquéritos civis instaurados pelo MPRN

Angicos
Caicó
Governador Dix-sept Rosado
Jandaíra
Macaíba
Nísia Floresta
Paraná
Pedro Velho
Pendências

Porto do Mangue
Rio do Fogo
Santa Maria
São Bento do Norte
São Miguel do Gostoso
Serra do Mel
Tenente Laurentino Cruz
Touros

sentação interventiva” e lembra que a não inclusão do débito no orçamento do exercício financeiro respectivo e nos posteriores

pode ensejar a responsabilização do gestor por ato de improbidade administrativa.

A maioria dos prefeitos, alvos

dos inquéritos, administra municípios de pequeno porte populacional, que tem o Fundo de Participação como principal fonte de recursos para financiar a máquina administrativa. Mas lá também está cidades como Caicó e Macaíba.

No caso de Caicó, o texto informa que o município “encontra-se inadimplente quanto à liberação tempestiva de recursos e consequente pagamento de instrumentos precatórios requisitórios” referentes ao orçamento de 2007 a 2013.

Os prefeitos desses municípios tem, a partir da notificação oficial, vinte dias para enviar as informações pedidas pelo MP.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE DATA: 02.08.15 EDITORIA: POLÍTICA

Crise abala finanças e prefeituras atrasam salário

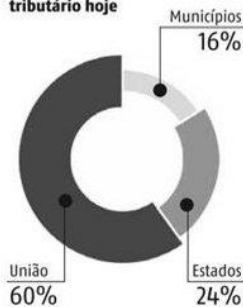
« **CIDADES** » Prefeituras do RN não conseguem manter folha salarial em dia, atrasam pagamentos a fornecedores e suspendem obras

As frases contêm palavras e entonações diferentes, mas todas convergem para um mesmo ponto: a crise econômica que afeta as finanças municipais já produz reflexos no pagamento de salários dos servidores e pode levar cidades ao caos administrativo. Segundo estimativa da Confederação Nacional dos Municípios no período de janeiro a maio, as transferências do Tesouro Nacional para as prefeituras brasileiras, via Fundo de Participação dos Municípios, tiveram uma redução de 2,2%, o equivalente a R\$ 1,5 bilhão. "A crise é generalizada e preocupante", diz o prefeito de Mossoró, Silveira Júnior; "Grave, muito grave mesmo", reforça o prefeito de Parnamirim, Maurício Mar-

FINANÇAS MUNICIPAIS

Divisão de tributos e pagamento de salários nos municípios do RN

Divisão do bolo tributário hoje



Situação dos Municípios

ASSU	
População	56.829
Salário de julho	em dia
Folha de julho	R\$ 3 milhões
Limite atual da LRF	53%

MOSSORÓ	
População	284.288
Salário de julho	em dia
Folha de julho	R\$ 15,2 milhões
Limite atual da LRF	53,5%
Inadimplência IPTU	40%
Valor da dívida ativa	208 milhões

PARNAMIRIM	
População	235.983
Salário de julho	em dia
Folha de julho	R\$ 10 milhões
Limite atual da LRF	53,6%
Valor da dívida ativa	288 milhões

NATAL	
População	862.044
Salário de julho	em dia
Folha de julho	R\$ 63 milhões
Limite atual da LRF	51,4%
Inadimplência IPTU	40%
Valor da dívida ativa	R\$ 1 bilhão

ques; "A situação está insustentável", complementa Ivan Júnior, de Assu.

Silveira, Maurício e Ivan, pela ordem, administram o segundo, o terceiro e o oitavo municípios mais populosos do Rio Grande do Norte. Os três estão na lista dos 10 de maior peso em qualquer indicador econômico ou social do Estado. Até julho, o pagamento de salário dos servidores estava sendo feito dentro do mês trabalhado, mas eles temem que não possam cumprir o compromisso se quadro recessivo da economia permanecer como está ou até se agravar, como preveem os economistas.

Não há um levantamento oficial, mas estima-se que 30% das prefeituras do RN enfrentam algum problema com a folha de pessoal. Ou pagam fora do prazo de cinco dias úteis previsto em lei, ou fracionam o pagamento por categoria funcional, priorizando o quadro efetivo e empurrando para até o mês seguinte os comissionados e terceirizados. Há caso de pagamento com até três meses de atraso. "Nós, prefeitos, somos hoje meros administradores de folha de pagamento", diz Silveira Júnior, que também é presidente da Federação dos Municípios do Rio

PACTO FEDERATIVO

Algumas das propostas aprovadas na comissão especial da Câmara dos Deputados

Emenda Constitucional

- Amplia de 10% para 12% a parcela do IPI repassada a estados e DF, com redução do teto por estado de 20% para 10%
- Aumenta o repasse ao FPE de 21,5% para 22,5%, sem ,5% em 2016 e 0,5% em 2017

PROJETOS DE LEI

- Zera alíquotas do PIS/Pasep sobre receitas de estados, DF e municípios ou de transferência para esses entes;
- Garante complementação da União quando gastos com professores passar de 60% dos recursos do Fundeb
- Aumenta repasse da União para o pagamento de merenda escolar
- Inclui reajuste anual do piso dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias, de acordo com o IPCA.



- Inclui critério populacional no rateio da cota-parte de 25% do ICMS para municípios conforme gráfico ao lado.
- Torna o Fundeb instrumento permanente de financiamento da educação básica pública. Atualmente, o Fundeb tem prazo de vigência até 2020.

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e royalties do petróleo. "As dificuldades são muitos grandes. Na hora que você prioriza os salários atrasa o pagamento dos fornecedores. Estamos em atrasados com fornecedores, sim", diz ele.

Primeiro vice-presidente da Femurn, o prefeito Ivan Júnior lembra que a situação está se agravando e não há perspectivas

de considerável de obras paralisadas por falta de pagamento do governo federal. Isso encarece as obras porque na retomada têm de readequar valores."

Ivan faz uma previsão pessimista: "Se o governo federal não adotar uma postura diferente, 100% das prefeituras – e não os 30% de agora – vão atrasar o pagamento salarial." A opinião é compartilhada pelo prefeito de Parnamirim, Maurício Marques.

so alcance para que isso não aconteça. A folha de setembro será paga em dia porque ainda temos o dinheiro da última parcela do IPTU, mas em outubro não sei."

Em Parnamirim, as despesas com pessoal já estão beirando o limite máximo de 54% permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, mesmo a prefeitura tendo realizado cortes de R\$ 600 mil mensais nos gastos com salários e outras medidas como horas-ex-

Grande do Norte (Femurn).

Com quase 300 mil habitantes, Mossoró tem uma economia que gira em torno da indústria do petróleo, instalada lá no início da década de 1970. O prefeito estima em R\$ 5 milhões mensais as perdas que o município vem tendo em consequência da frustração das receitas provenientes do

de melhoras. "Por mais contingenciamento que se faça, por mais medidas que se tome, não vai ter como resolver o problema se o governo federal não rever algumas restrições", diz Ivan, citando como exemplo as emendas parlamentares que foram em gavetadas em Brasília. "Os municípios têm hoje uma quantida-

Ele lembra que um dos primeiros atos do então prefeito Agnelo Alves, foi mandar confeccionar um calendário anual com pagamento dos salários nos dois últimos dias do mês trabalhado. Quinze anos depois ele admite que, pela primeira vez, o compromisso não poderá ser honrado. "Estamos fazendo de tudo a nos-

tras e concessões de diárias. Em agosto, a prefeitura estará às voltas com demandas na Saúde, onde os médicos negociam reajuste nos valores dos plantões. "Em outubro vamos fazer uma nova avaliação. Não descarto a possibilidade de fazer uma redução drástica nas despesas com pessoal", informou o prefeito.

JUNIOR SANTOS



Ivan, de Assu, defende liberação de emendas parlamentares

HUMBERTO SALES



Silveira Jr, de Mossoró: perdas chegam a R\$ 5 milhões mensais

Cortes de despesas assumem pauta do dia

Pelo menos uma vez a cada dois meses, o prefeito Maurício Marques reúne o secretariado para fazer um balanço da administração de Parnamirim. Recebe relatórios do que foi ou deixou de ser feito e discute o planejamento para os meses seguintes. Até o ano passado, predominavam nesses encontros assuntos como pavimentação de ruas, ampliação da rede de saúde, casa própria, programas sociais em parceria com o governo federal, saneamento.

Essas ações continuam na pauta, mas em ritmo mais lento. Entre 2009 e 2012, por exemplo, foram entregues mais de 3.700 imóveis do Minha Casa Minha Vida para famílias de baixa renda. Neste mês de agosto a prefeitura entrega mais um empreendimento, o Ilhas do Atlântico, com 492 apartamentos e projeta a de outro, também com 492 apartamentos, até outubro.

Desde o início do ano, as ações de governo cederam lugar para

as preocupações dos gestores com as finanças do município. Na última reunião, realizada em meados de julho, foram definidos cortes de 25% nas despesas com aluguel de tratores, caçambas e automóveis, serviços terceirizados, vale-alimentação, diárias, horas-extra, energia, combustível e telefone. O prefeito também mandou suspender todas as licitações para contratação de obras, compra de material de expediente e locação de serviços.

Na reunião, o secretário de Tributação, José Jacaúna, apresentou dados mostrando queda na arrecadação de tributos municipais vinculados à atividade econômica, como o ISS (Imposto Sobre Serviços), que caiu 10,45% no primeiro semestre de 2015 no comparativo com o mesmo período do ano anterior.



PAGINA 4
Pacto federativo é saída para evitar o caos

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE DATA: 02.08.15 EDITORIA: POLÍTICA

Dilma espera respostas

« VERBAS » Presidente aguarda decisão dos governadores sobre projeto que libera R\$ 21,1 bilhões em depósitos judiciais para pagar precatórios

O Palácio do Planalto espera uma decisão dos governadores até a próxima terça-feira sobre o projeto de lei complementar que libera R\$ 21,1 bilhões em depósitos judiciais para os Estados. A presidente Dilma Rousseff pretendia anunciar a sanção da proposta na reunião de quinta-feira, mas os próprios governadores questionam o artigo que hierarquiza como os gestores podem gastar os recursos. Com dificuldades de caixa, os governos estaduais querem usar os recursos para pagar contas de custeio, como folha de pagamento, aposentadorias e manutenção de serviços públicos básicos.

A ideia é que os governadores cheguem a um consenso para orientar a decisão da presidente, que tem até a próxima quarta-



Governadores querem usar recursos para a folha salarial

ta-feira para definir sua posição sobre a matéria. A sanção da proposta, apresentada pelo senador José Serra (PSDB-SP), é um afago do Planalto aos governadores, em troca de apoio para evitar a

aprovação de pautas-bomba em tramitação no Congresso Nacional. No entanto, ela não agrada totalmente à equipe econômica.

Os R\$ 21,1 bilhões estão hoje depositados no Banco do Bra-

sil para operações de crédito e, mais do que isso, podem ser segurados para garantir parte da meta do superávit primário (economia para o pagamento de juros da dívida). Ainda assim, a decisão da presidente foi a de sancionar a lei, desde que os governadores cheguem a uma conclusão de como deve ser feito. Auxiliares da presidente disseram ao Estado que à União não importa a maneira que esses recursos serão gastos.

O projeto de Serra dá preferência para o pagamento dos precatórios, depois às dívidas da previdência e então aos investimentos. A maior preocupação dos governadores são as despesas regulares de custeio em um momento de queda brusca de arrecadação e de retração na economia.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE DATA: 02.08.15 EDITORIA: POLÍTICA

Magistrados repudiam acusações de vereador

« JUDICIÁRIO » Em nota de solidariedade a Luiz Alberto, Amarn considera ataque um ato de covardia e de desconhecimento do sistema democrático

Os ataques do vereador Sandro Pimentel ao juiz Luiz Alberto Dantas, feitos através das redes sociais geraram reação imediata na esfera do judiciário. Um dia depois de o parlamentar ter acusado o juiz de “afrouxar” na análise de liminar para cancelar o aumento das passagens de transporte público de Natal, a Associação dos Magistrados do Rio Grande do Norte (Amarn) emitiu uma nota de repúdio. “O Juiz Luiz Alberto é, reconhecidamente, um magistrado de irrepreensível conduta pessoal e profissional, contando com 30 anos de atividade judicante e 35 anos no magistério, como professor da UFRN, sem qualquer mácula em toda sua carreira”, diz um dos trechos da nota.

O comunicado da Amarn lembra que foi um ato de covardia do vereador atacar o juiz. “Apresenta-se como inadmissível ato de covardia, agressivo, difamador e injurioso, que demonstra o desconhecimento do parlamentar sobre o sistema democrático, o qual permite recurso das decisões judiciais mediante os meios legais disponíveis”, diz o comunicado.

O juiz Raimundo Carlyle, no seu perfil pessoal no Twitter, ressaltou que Sandro Pimentel não tem imunidade parlamentar para o caso. “É bom lembrar que um parlamentar municipal só tem imunidade pelas palavras proferidas no âmbito do recinto da Câmara, apenas”, escreveu. O juiz Herval Sampaio Júnior observou: “E não se utilizar de seu cargo e imunidade de mandato para atingir pessoalmente quem exerce constitucionalmente sua função! Temos que parar com isso”, escreveu.

O vereador disse ontem que considera normal a reação da Associação dos Magistrados e que não estava arrependido das críticas que fez: “A Amarn está no papel dela, é uma entidade corporativista. Se eu fosse presidente dela faria a mesma coisa.”



ADRIANO ABREU

No twitter, Raimundo Carlyle lembra que imunidade parlamentar é limitada ao recinto da Câmara

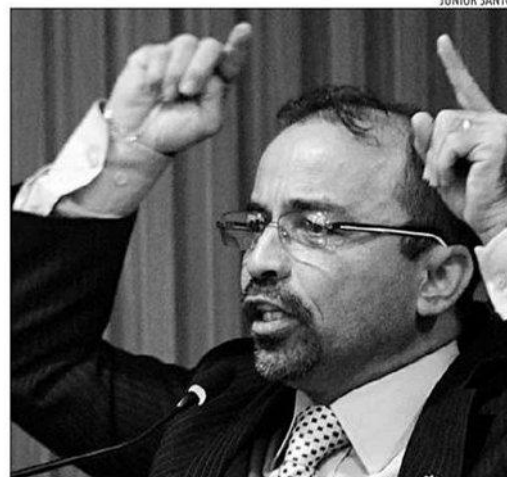
parlamentar disse que sua preocupação maior no momento são os estudos para um doutorado em estudos urbanos e regionais.

Ele informou ainda que entrou na quinta-feira com um recurso perante o Tribunal de Justiça para que ato que reajustou as tarifas de ônibus em 12%, passando de R\$ 2,35 para R\$ 2,65, seja anulado.

O juiz Luiz Alberto suspendeu parcialmente o processo, no tocante à liminar no mandado de segurança, para aguardar o julgamento de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra uma lei promulgada pela Câmara em agosto do ano passado. De acordo com Sandro, o recurso impetrado por ele foi distribuído para o desembargador Almirar Maia, relator da Adin no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte.

O caso

O vereador Sandro Pimentel, em sua conta pessoal no Facebook, disse que o juiz Luiz Alberto Dantas Filho passou nove dias para julgar a liminar e quando fez “tremeu nas bases”. O parlamentar chega a questionar



JÚNIOR SANTOS

Pimentel mantém críticas: “Eu nunca escrevo com o fígado”

REAÇÃO

Íntegra da nota de repúdio

Diante das manifestações apresentadas em rede social pelo vereador Sandro Pimentel em desfavor do Juiz Luiz Alberto Dantas Filho, a Associação dos Magistrados do Rio Grande do Norte (AMARN) vem a público prestar solidariedade ao Magistrado e repudiar veementemente a atitude do parlamentar.

quem exerce constitucionalmente sua função! Temos que parar com isso”, escreveu.

O vereador disse ontem que considera normal a reação da Associação dos Magistrados e que não estava arrependido das críticas que fez: “A Amarn está no papel dela, é uma entidade corporativista. Se eu fosse presidente dela faria a mesma coisa.”

Indagado se não tinha “carregado nas tintas” (exagerado) ao atacar o juiz, o vereador foi incisivo: “Nunca escrevo com o fígado.” Quanto as postagens de juizes nas redes sociais condenado o ato, ele disse: “O que os juizes falaram e os puxa-sacos da Justiça disseram eu não tive empo de ler.”

Sobre a possibilidade de responder a uma processo, uma vez que tem imunidade limitada, o

relator da Adin no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte.

O caso

O vereador Sandro Pimentel, em sua conta pessoal no Facebook, disse que o juiz Luiz Alberto Dantas Filho passou nove dias para julgar a liminar e quando fez “tremeu nas bases”. O parlamentar chega a questionar se o magistrado teria temido o Sindicato da Empresa de Transporte Urbano (Seturn).

“Se a moda pega, o caminho é fechar todas as varas judiciais e deixar tudo para segunda instância”, destacou o vereador. Sandro Pimentel criticou ainda os vencimentos do magistrado: “um juiz ganha mais de R\$ 30 mil para não julgar, então vá pescar ou fazer qualquer outra coisa”.

REAÇÃO

Íntegra da nota de repúdio

Diante das manifestações apresentadas em rede social pelo vereador Sandro Pimentel em desfavor do Juiz Luiz Alberto Dantas Filho, a Associação dos Magistrados do Rio Grande do Norte (AMARN) vem a público prestar solidariedade ao Magistrado e repudiar veementemente a atitude do parlamentar.

O juiz Luiz Alberto é, reconhecidamente, um magistrado de irrepreensível conduta pessoal e profissional, contando com 30 anos de atividade judicante e 35 anos no magistério, como professor da UFRN, sem qualquer mácula em toda sua carreira. O ataque à pessoa do juiz apresenta-se como inadmissível ato de covardia, agressivo, difamador e injurioso, que demonstra o desconhecimento do parlamentar sobre o sistema democrático, o qual permite recurso das decisões judiciais mediante os meios legais disponíveis.

JUIZ CLEOFAS COELHO DE ARAÚJO JR

Presidente da AMARN

VEÍCULO: NOVO JORNAL DATA: 01.08.15 EDITORIA: CAPA E OPINIÃO-RODA VIVA

4. RODA VIVA

MARCOS DO PSOL VAI TER DE DEVOLVER R\$ 16 MIL A CÂMARA MUNICIPAL

PALMATÓRIA DO MUNDO

Partido político que adota o discurso de "palmatória do mundo", para quem tudo na vida pública está errado, a bancada do PSOL na Câmara de Natal está servindo para mostrar que criticar o falar e o fazer vai uma grande diferença. O vereador Marcos Artório, Marcos do PSOL, além do "escândalo do mensalinho" aparece em outra história feia. Ele vai ter de devolver R\$ 16 mil à Câmara Municipal, por ter feito mau uso de sua verba de gabinete.

VEÍCULO: NOVO JORNAL DATA: 01.08.15 EDITORIA: CAPA E CIDADES



► Área é desapropriada por R\$ 1,7 milhão

CONDOMÍNIO PERDE TERRENO NA JUSTIÇA ESTADUAL

Juiz que foi chamado de "frouxo", da 5ª Vara de Fazenda, decide em favor do Estado e permite desapropriação da área que pertencia ao condomínio Luciano Barros, em Petrópolis.

JUSTIÇA AUTORIZA INDENIZAÇÃO DA ÁREA EM LITÍGIO

/ LUCIANO BARROS / JUIZ AUTORIZA A PROCURADORIA GERAL DO ESTADO EFETUAR EM JUÍZO O DEPÓSITO CORRESPONDENTE AO VALOR DO IMÓVEL PLEITEADO PELO TCE

REDAÇÃO GERS
DO NUNO JORNAL

A JUSTIÇA DO Rio Grande do Norte autorizou ontem (31) que o Estado, por meio da Procuradoria Geral, efetue em julho o depósito no valor de R\$ 1.799.554,00 referente à desapropriação do terreno pertencente ao Edifício Luciano de Barros, em Petrópolis, que será usado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-RN) para ampliar sua estrutura física. Na prática a decisão dá posse do terreno ao Estado. O processo tramita no 4º Vara da Fazenda Pública de Natal e a decisão foi assinada pelo juiz Lair Alberto Duarte Filho.

De acordo com o procurador do Estado, José Marcelo Ferreira, o poder público pode adquirir, seja por meio de compra e venda, bens móveis ou imóveis. Nas ocasiões em que não existe acordo ou seja, relação onerosa – como é o caso em questão –, a legislação brasileira prevê situações tidas por “utilidade pública” após a aquisição da propriedade de forma unilateral.

A demanda do TCE decorre da sua necessidade de ampliação de espaço físico, que conta com 540 servidores públicos e crescentes atribuições de auxiliar o Poder Legislativo quanto ao controle externo do Estado, justificou o representante do Estado.

A alternativa não contempla os condôminos dos 40 apartamentos do prédio. “Este terreno nos serve há 38 anos, quando o compramos com a finalidade da área servir de estacionamento e serviços gerais dos mandantes. É um terreno privado e não pode ser objeto de desapropriação para o poder público com a finalidade que não é de caráter social e sim para a construção de um estacionamento”, afirma Iris Ferreira, um dos mais antigos moradores do edifício.

Com os mandantes acobertados ou não afetados, o Poder Judiciário libera a soma por meio de alvará. “Na hipótese de litigância, é



Imóvel está localizado na Rua Doutor Paulo Vianna, em Petrópolis, um dos setores mais ricos da capital

possível realização de perícia para averiguar (confirmar ou não) o valor atribuído ao imóvel e o processo seguirá até sentença/acórdão judicial”, complementa o procurador do Estado.

Questionado sobre a real utilização do terreno, o presidente do TCE, conselheiro Carlos Thompson Fernandes, se esquivou. “Não tenho nada a declarar”, disse.

DISPUTA

A disputa sobre a desapropriação do terreno, que está localizado em Petrópolis, na Rua Doutor Paulo Vianna, um dos setores mais ricos da capital potiguar, começou em março deste ano, quando o TCE encaminhou ao Governo do Estado, com a proposta de edição de decreto governamental para a declaração de utilidade pública com a intenção ampliar suas instalações físicas.

O documento encaminhado à administração estadual aponta que o terreno reúne condições adequadas para o edifício anexo por estar próximo à sede do TCE e, por não ter nenhuma edificação “bi-decadas”, não estaria dan-



José Marcelo Ferreira, procurador do Estado, tira férias, reserador: spn/rls



do o comprometimento “ao princípio constitucional da função social da propriedade”.

O pedido foi aceito pelo governo, que no final de junho aprovou a desapropriação por meio de decreto assinado pelo chefe do Executivo estadual em exercício à época, Fábio Dutra, sob alegação de que o pedido do TCE levava em consideração o “interesse público de áreas em questão”.

Porém, somente há cerca de quatro semanas, os proprietários foram surpreendidos com a notícia da ação. De acordo com Iris

Ferreira, nunca foram notificados. “Nunca recebemos nenhuma notificação. Descobrimos através de amigos advogados que ficamos sabendo e nos assustamos”, lembra.

A decisão da Justiça cabe recurso, o que faz com que o morador e os demais condôminos não desistam da propriedade. “Confiamos no nosso direito e estamos convictos que governamos, afinal, é um fato instalado em terreno privado, como se fosse o quintal da sua casa, ser desapropriado para o poder público”, afirma Iris Ferreira.

VEÍCULO: NOVO JORNAL DATA: 01.08.15 EDITORIA: CAPA E POLÍTICA



► Sandro Pimentel, sem papas na língua

VEREADOR DO
PSOL REITERA
CRÍTICAS A JUIZ
DA 5ª VARA

VEREADOR REITERA CRÍTICAS AO JUIZ E AMARN SAI EM DEFESA

/TARIFA/ VEREADOR SANDRO PIMENTEL MANTÉM DECLARAÇÕES CONTRA JUIZ LUIZ ALBERTO DANTAS, QUE NEGOU LIMINAR PARA SUSPENDER VALOR DA TARIFA DE ÔNIBUS. ELE NÃO COMENTA O CASO, MAS ASSOCIAÇÃO DE MAGISTRADOS SAI EM SUA DEFESA

SILVIO ANDRADE
DO NOVO JORNAL

O VEREADOR SANDRO Pimentel (PSOL) acredita que o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN) vai julgar seu pedido de liminar com tutela antecipada para suspensão do decreto 10.757/2015, do prefeito Carlos Eduardo Alves (PDT), que autorizou o aumento do valor das passagens de ônibus em Natal. A tarifa passou de R\$ 2,35 para R\$ 2,64 dia 30 passado. "Hoje o aumento é ilegal, a população está pagando uma passagem ilegal de acordo com a lei", desfez.

Sandro Pimentel entrou com a ação quinta-feira à tarde no Tribunal de Justiça. Ele não quer mais esperar a decisão em primeira instância de ação similar que deu entrada na 5ª Vara da Fazenda Pública de Natal. O juiz titular da Vara, Luiz Alberto Dantas Filho, adiou o julgamento do processo provocando descontentamento do vereador que usou as redes sociais para atacar o magistrado. "Você até ao Tribunal de Haja se for preciso", diz referindo-se à corte internacional de justiça com sede em Haia, na Holanda, que discute apenas questões de estado.

Na quinta-feira (25), o vereador também entrou com representação no Ministério Público, via Procuradoria de Defesa do Consumidor, também questionando a validade da atual tarifa. Em seu perfil no Facebook, Sandro Pimentel chamou o juiz Luiz Alberto Dantas Filho de "frouxo", "tíbio" e "mole" e de adiar a decisão por medo do Seturn (Sindicato das Empresas de Transporte Urbano de Natal) e do Grupo Alves, referindo-se à família Alves, o clã político do qual prefeito Carlos Eduardo faz parte.

Ontem, o vereador reiterou as palavras e acrescentou que o juiz é leniente com o aumento das passagens. O NOVO Jornal tentou ouvir Luiz Alberto Dantas mas, por telefone, sua secretaria informou que ele não fala sobre este assunto. "Quem está

revoltado com minhas declarações não entende o mérito (da questão)", afirma Sandro Pimentel sobre as críticas que vem recebendo por ter atacado verbalmente o juiz. "Não tenho medo de falar o que penso", complementa, e diz que o prefeito aumentou as passagens à revelia da lei.

Nenhuma das palavras proferidas no Facebook, explicou Sandro Pimentel, tem caráter pessoal. É contra a atitude dele enquanto membro do sistema judiciário. O fato de o juiz ter passado nove dias com o processo em mãos e decidir suspender o julgamento da ação liminar é um absurdo, diz o vereador que estava ansioso pela invalidação da atual tarifa, mas Luiz Alberto Dantas Filho preferiu suspender a decisão liminar. "Ele (o juiz) não quis julgar. Não disse nem sim, nem não. Foi leniente com a atual situação. Estou decepcionado com ele", expressou.

Para o vereador do PSOL, o juiz foge de sua função ao alegar que só julgaria o mérito depois que o TJ apreciar de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), que o prefeito Carlos Eduardo demandou pedindo a suspensão da eficácia das leis nº 398/2014 já promulgada e de nº 149/2015 (complementar). De acordo com essas leis, o município tem obrigação de fazer audiências públicas antes de reajustar tarifas e tributos, além de anunciar os novos valores com trinta dias de antecedência. "Está claro que antes de dar este aumento a prefeitura deveria ter realizado uma audiência pública", ressalta.

Carlos Eduardo tem todo o direito de questionar as duas leis na justiça. Mas o problema é que eu tenho uma ação questionando o decreto do prefeito em primeira instância e o juiz só quer julgar minha ação depois que o Tribunal de Justiça se pronunciar sobre a ação do prefeito", pondera o vereador. "Ele (o juiz) ganha trinta mil (reais) para ficar em cima do muro", afirma.



Sandro Pimentel, vereador do PSOL, não tem medo de falar o que pensa e diz que as ofensas não foram pessoais

Inconformado com a demora do judiciário, Sandro Pimentel disse que entrou com uma ADIN no TJ pedindo o congelamento dos salários dos vereadores de Natal, inclusive o dele mesmo, mas até hoje a ação não foi julgada. "A Justiça no Brasil é tendenciosa. Uma coisa é uma ADIN acionada por mim, outra, é uma do prefeito", questiona.

É obrigação do gestor cumprir a lei sob pena de prevaricação, sustenta o vereador. Sandro Pimentel também questiona a composição do Conselho Municipal de Transporte que é consultivo, mas na reunião do último dia 17, aprovou o aumento da tarifa. A composição do Conselho favorece o município que tem a maioria dos assentos. São 14 representantes da Prefeitura, 7 da sociedade civil e 7 do sistema operacional.

ASSOCIAÇÃO SE SOLIDARIZA COM O JUIZ

Os ataques do vereador Sandro Pimentel (PSOL) ao juiz da 5ª Vara da Fazenda Pública de Natal, Luiz Alberto Dantas Filho, repercutiram junto aos magistrados. A Associação dos Magistrados do Rio Grande do Norte (AMARN) em nota de repúdio publicada ontem, considera o ataque do vereador inadmissível, um ato covarde, difamatório e injurioso.

O ataque à pessoa do juiz, segundo a nota, "apresenta-se como inadmissível ato de covardia, agressivo, difamatório e injurioso, que demonstra o desconhecimento do parlamentar sobre o sistema democrático, o qual permite recurso das decisões judiciais mediante os



Luiz Alberto Dantas, da 5ª Vara da Fazenda Pública, não comenta o caso

meios legais disponíveis.

A nota da AMARN presta solidariedade pública ao magistrado e repudia veementemente a atitude do parlamentar. Assinada pelo presidente da entidade Cleofas Colôbo de Araújo Junior, a nota prossegue: "O

Juiz Luiz Alberto é reconhecido, um magistrado de irrepreensível conduta pessoal e profissional, contando com 30 anos de atividade judicante e 35 anos no magistério, como professor da UFRN, sem qualquer mácula em toda sua carreira."

VEÍCULO: NOVO JORNAL DATA: 01.08.15 EDITORIA: CAPA E POLÍTICA

3. POLÍTICA

JUÍZES CULPAM ESTADO POR BAIXA PRODUTIVIDADE

Associação de Magistrados emite nota de repúdio e culpa a "inoperância do Estado" pela grande quantidade de processos de presos sem julgamento.

/ PENITÊNCIA /

Juízes culpam Estado pela baixa produtividade das varas criminais

SILVIO AMARAL
DO NOVO JORNAL

A LENTidão no julgamento dos 34.121 processos, dos quais 6.732 estão parados há mais de um ano nas varas criminais do poder judiciário do Estado não é responsabilidade do poder Judiciário, segundo a Associação dos Magistrados do Rio Grande do Norte (Amarn). A afirmativa foi feita em nota, ontem, em resposta ao pedido de investigação da produtividade dos juízes determinado pelo presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Cláudio Santos.

A nota faz duras críticas à situação de trabalho dos juízes criminais do RN, principalmente, da capital. "A AMARN repudia com veemência a tentativa de transfe-

rência de responsabilidades sobre o sistema carcerário e convida os magistrados do Estado a manter o compromisso com a celeridade dos processos criminais".

Por causa das declarações à imprensa feitas pelo presidente do Tribunal de Justiça do RN, desembargador Cláudio Santos, e pelo secretário de Justiça e Cidadania do Estado, Edilson França, que apontam baixa produtividade de juízes estaduais como uma das causas da crise do sistema prisional do RN, a Amarn isenta os magistrados desse problema.

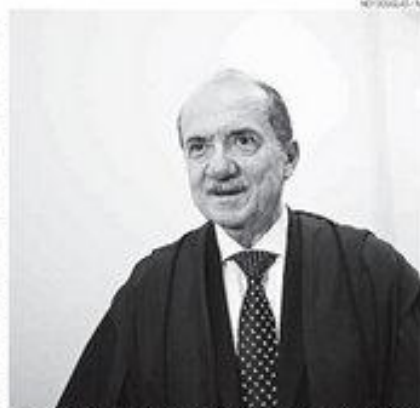
Os juízes criminais do Rio Grande do Norte não vão aceitar pressões para liberar, imediatamente, presos provisórios e com isso aumentar a sensação de insegurança que já aflige toda população potiguar, refe-

renda o item 4 da nota da Amarn. Na nota com cinco pontos destacados, a Amarn no item 1 aponta que a responsabilidade pelo sistema prisional é exclusiva do Poder Executivo. A entidade que defende os interesses dos juízes destaca que o poder judiciário não tem ingerência administração carcerária e ataca a falta de investimentos nos presídios: "É notório que não há investimento em novas unidades prisionais no Estado há vários anos, acarretando o atual caos do sistema prisional diante da falta de vagas em contraponto à crescente criminalidade".

Na nota assinada pelo presidente da entidade, juiz Cleofas Coelho de Araújo Junior, a Amarn não pouca críticas ao poder Executivo, como está dito no item 2:

"A produtividade dos juízes criminais sofre prejuízo pela inoperância do Estado na condução de presos às audiências e elaboração de laudos pelo ITEP-RN, atribuições exclusivas do Poder Executivo".

No item 3 da nota, a Amarn destaca que por falta de condições da Secretaria de Justiça e Cidadania, em Natal, os juízes do Fórum Central só podem apraziar audiência de processos com réu preso, três dias por semana. No caso dos juízes que trabalham na Zona Norte, a situação é pior: têm apenas dois dias da semana para apraziar as audiências, únicos dias disponibilizados pelo Executivo para condução de presos. É corrigido as audiências não serem realizadas pela ausência de presos, detalha a nota.



Desembargador Cláudio Santos mandou investigar alto número de processos

VEÍCULO: NOVO JORNAL DATA: 01.08.15 EDITORIA: CAPA E GERAL

5. GERAL

TCE ANUNCIA CORTE DE R\$ 321 MIL

Tribunal de Contas do Estado
anuncia corte de R\$ 321 mil,
após Governo pedir, em decreto,
colaboração para economizar.

FRUSTRAÇÃO NA RECEITA FAZ TCE CORTAR DE R\$ 321 MIL

/ FINANÇAS / ALEGANDO FRUSTRAÇÃO DE RECEITAS, TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO ANUNCIA CONTINGENCIAMENTO DE R\$ 321 MIL, UM DIA APÓS DECRETO DO GOVERNO QUE CONVIDA PODERES E ÓRGÃOS A READEQUAR SUAS DESPESAS

CLÁUDIO OLIVEIRA
DO NOVO JORNAL

DIFERENTE DO COMPORTAMENTO adotado na gestão passada, quando a então governadora Rosalba Ciarlini determinou que todos os poderes do Estado reduzissem suas despesas em 10% e isso provocou uma reação negativa; agora, todos os Poderes e instituições estão adotando por conta própria reduções de gastos. Já haviam anunciado medidas de austeridade o Tribunal de Justiça, a Assembleia Legislativa, o Ministério Público, além do próprio Governo do Estado, que afirma ter economizado R\$ 167 milhões nesse primeiro semestre.

Agora foi a vez do Tribunal de Contas. Pelo mesmo motivo dos outros - a frustração da receita no primeiro semestre de 2015 - o TCE anunciou que

Contas do Estado parte da necessidade de contingenciamento informada pelo Governo do Estado na última sexta-feira (24). Além do TCE órgãos dos outros poderes também tomaram medidas semelhantes replanejando um enxugamento nos seus orçamentos e revelando o que já foi feito.

O momento em que os poderes cumprem com a determinação do Executivo Estadual se deve ao agravamento da crise econômica, queda nos repasses governamentais e redução na arrecadação própria. De certa forma, este é o cenário semelhante ao que a governadora Rosalba Ciarlini apresentava em 2013 quando baixou decreto determinando corte de 10,5% no Orçamento do Estado em execução naquele ano, representando uma reprogramação de despesas da ordem de



De acordo com informações do Tribunal, somente esse ano já foram economizados cerca de R\$ 4 milhões

HUMBERTO SALES / ARQUIVO

vai contingenciar R\$ 321 mil. Aproveitou o anúncio do corte para revelar que desde o início do ano adotou uma série de medidas que culminaram no corte de aproximadamente R\$ 4 milhões no primeiro semestre, em relação ao mesmo período do ano passado.

Os cortes atingiram as gratificações de gabinete e cargos em comissão (R\$ 1.534.038,11), obrigações patronais, despesas variáveis e despesas de exercícios anteriores (R\$ 2.177.439,14), diárias, passagens e despesas com locomoção, auxílio-transporte, equipamentos e material permanente e preservação de patrimônio (R\$ 219.045,61), além de obras e instalações, despesas variáveis, obrigações tributárias e pagamento de diárias (R\$ 107.987,32).

A iniciativa do Tribunal de

R\$ 686,9 milhões. Ninguém aceitou e os poderes recorreram da determinação.

DECRETO

Na última quinta-feira (30), o governador Robinson Faria publicou o Decreto nº 25.394/2015 a determinando um limite para que todos os poderes do Estado fixem suas despesas dentro do orçamento de 2015 com o propósito de não projetar gastos que não possam caber no orçamento. O Decreto coaduna os poderes a repensarem novas contratações de despesa e revela que a frustração orçamentária foi de R\$ 65.250.000,00 no primeiro semestre deste ano.

Por isso, os 11 órgãos que possuem orçamento próprio deverão, por ato próprio, se adequarem à realidade imposta pela frustração da receita. A

No tempo de Rosalba

Em julho de 2013, Rosalba Clarini se disse obrigada a cortar o orçamento por causa da frustração na receita naquele primeiro semestre, em torno dos R\$ 183 milhões. Havia o risco de atraso no pagamento da folha e descontinuidade dos serviços básicos, mas ela não conseguiu convencer os presidentes dos demais poderes da necessidade de reprogramação orçamentária.

Em 2014, um ano depois, a então governadora não publicou decreto, mas reuniu novamente os poderes para anunciar que a situação havia piorado e que o Executivo faria uma redução de R\$ 300 milhões no seu orçamento. A "reprogramação" financeira ficou restrita ao Governo, Judiciário e Legislativo, Ministério Público e TCE feriam os cortes que adusessem necessários.

estimativa é de que até o fim do ano, haja uma redução de R\$ 17,2 milhões no valor de empenho das despesas que é a pri-

meira fase da despesa pública onde se abre o processo de contratação e reserva os recursos para pagamento.



Assembleia Legislativa também anunciou medidas de contenção, com previsão de economizar R\$ 2,1 milhões

PODERES REPLANEJAM GASTOS

Dessa vez, sob a direção do governador Robinson Faria no Executivo, o TJRN vem implementando cortes desde o início do ano, gerando, inclusive, problemas internos com servidores e a Presidência do Tribunal. Mesmo assim, o TJ vem atendendo ao decreto de contingenciamento que, em seu âmbito é R\$ 2,4 milhões, dentro da decisão do governador Robinson Faria, no início do ano. Os cortes atingiram principalmente os salários, gratificações, auxílios, redução de contratos com terceirizados, com material de consumo, passagens e atividades do judiciário.

A Assembleia Legislativa também anunciou nesta semana a economia que está fazendo. Pelo menos R\$ 2,1 milhões já foram economizados neste ano, como por exemplo

Novas medidas para a redução de gastos com o custeio da administração da Casa foram aprovadas pela Mesa Diretora em reunião nesta semana. A Assembleia vai fechar dois anexos, cancelar 107 linhas de celular, suspender os programas Assembleia Cidadã e Assembleia Cultural. Também vai cancelar novos investimentos em compra de equipamentos e impor regras para redução no consumo de energia elétrica, água e telefonia nos prédios que estão sob sua administração.

O Ministério Público do estado também está obedecendo à política de redução de despesas e anunciou que continuará implementando as medidas que tem adotado desde o início do ano sendo, em razão da diferença entre o orçamento proposto para 2015 (R\$ 300.644.000,00).

do Ministério Público, Rinaldo Reis, entre as novas medidas e as implementadas estão cortes em projetos e despesas como o MP Ativo, gestão documental, compra, construção e reforma de imóveis, modernização administrativa; aquisição de softwares, consultoria em TI, licenças de uso, equipamentos de informática. O MP vai evitar contratos de terceirização, qualificação funcional, perícias, diárias e gratificações do Núcleo Volante; cancelar eventos, como a Semana do MP e Encontros Regionais. Também haverá redução significativa (de 92%) no pagamento de direitos financeiros de exercícios anteriores para membros.

O próprio Governo do Estado também adotou medidas que geraram uma economia de R\$ 167,5 milhões no primeiro

A ECONOMIA DOS PODERES

Tribunal de Justiça:
▶ R\$ 2,4 milhões

Tribunal de Contas:
▶ R\$ 4 milhões

Governo do Estado:
▶ R\$ 167,5 milhões

Ministério Público:
▶ R\$ 8 milhões

Assembleia Legislativa:
▶ R\$ 2,1 milhões

de despesas com locação de carros, diárias, energia elétrica, imóveis, telefonia, combustíveis, contratação de pessoal, entre

VEÍCULO: NOVO JORNAL DATA: 01.08.15 EDITORIA: CAPA POLÍTICA

2. POLÍTICA

DENÚNCIA DE CATA É GRAVE, DIZ CARDOZO

Ministro da Justiça diz que é grave denúncia feita por advogada Beatriz Catta Preta, da Lava Jato, e espera as medidas cabíveis.

CARDOZO DIZ QUE É GRAVE DENÚNCIA DE ADVOGADA

/ LAVA JATO / MINISTRO DA JUSTIÇA AVALIA COMO GRAVE DENÚNCIA DE EX-ADVOGADA DE DELATORES E DIZ QUE ISSO É MAIS UM CASO PARA O MPF INVESTIGAR. CARMARCO CORREIA CELEBRA ACORDO DE COOPERAÇÃO

ISABELA WEIRA
LÍDIA BRAGA

O MINISTRO DA Justiça, José Eduardo Cardozo, disse ontem (31) que avalia como "grave" a denúncia da advogada Beatriz Catta Preta, que informou ter detido casos de clientes que defendia na Operação Lava Jato por se sentir ameaçada e intimidada por membros da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras. A revelação foi feita ontem (30), durante entrevista ao jornal Nacional, da TV Globo.

"É uma denúncia grave. Evidentemente, caberia ao Ministério Público Federal, que condiz a questão das delações premiadas, determinar as medidas que sejam cabíveis para apurar a situação", afirmou o ministro, após participar do 9º Encontro Anual de Segurança Pública, no Rio de Janeiro.

A advogada defendeu clientes que fizeram acordo de delação premiada no âmbito do inquérito que investiga episódios de corrupção na Petrobras. Beatriz Catta Preta foi convocada dia 9 para prestar depoimento à CPI, que quer saber detalhes sobre os honorários recebidos por ela.

Nas declarações ao jornal Nacional, Catta Preta explicou que as ameaças eram "veladas" e que a decisão de deixar os clientes foi tomada para preservar a família.

O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras, Hugo Motta (PMDB-PE), voltou a afirmar ontem (31) que



▶ Eduardo Cunha, sob suspeita

NÃO EXISTE CIDADÃO ACIMA DA LEI, DIZ JANOT

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, afirmou ontem (31), a propósito das investigações e prisões decorrentes da Operação Lava Jato, que não existe mais



▶ Eduardo Cardozo, ministro da Justiça, é favorável à investigação sobre o caso e acredita que o MPF conduzirá as medidas cabíveis

esté mantido o depoimento da advogada Beatriz Catta Preta, que defendeu nove investigados pela Operação Lava Jato, da Polícia Federal, explicou que detidos os casos por se sentir ameaçada e intimidada por integrantes da comissão. Beatriz Catta Preta ainda disse que ficou o escritório e abandonou a carreira depois de receber ameaça "velada" feita por membros da CPI, que votaram a favor da convocação, no último dia 9, para ela depor no colegiado.

A convocação foi aprovada por unanimidade e provocou reações de entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que considerou a convocação ilegal por violar o direito de inviolabilidade do sigilo profissional. A OAB chegou a apresentar pedido de habeas corpus no Supremo Tribunal Federal (STF) para preservar a criminalista. Ontem (30), o presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski, concedeu liminar em que a advogada é desobrigada a prestar esclarecimentos à CPI. Ela poderá ficar em silêncio durante o depoimento, que ainda

está em andamento.

"O requerimento de convocação é um requerimento que está previsto em lei, previsto pelo Regimento Interno da Casa e não configura qualquer ameaça. A CPI não ameaça. Investiga", afirmou Motta, disse que atribuiu as declarações da advogada sobre ameaças a entrevista como uma tentativa de "vitimização para exceder atos ilícitos". "A CPI não vai admitir essas ilações", acrescentou.

"A CPI vai continuar seu trabalho, vai continuar as investigações. Esta vitimização não vai nos intimidar. Quem tem que prestar esclarecimentos sobre as ameaças que recebeu agora é ela, e a CPI pode ser grande palco para ela dizer quem a está ameaçando", com-

pletou. A criminalista, que defendeu nove investigados pela Operação Lava Jato, da Polícia Federal, explicou que detidos os casos por se sentir ameaçada e intimidada por integrantes da comissão. Beatriz Catta Preta ainda disse que ficou o escritório e abandonou a carreira depois de receber ameaça "velada" feita por membros da CPI, que votaram a favor da convocação, no último dia 9, para ela depor no colegiado.

A convocação foi aprovada por unanimidade e provocou reações de entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que considerou a convocação ilegal por violar o direito de inviolabilidade do sigilo profissional. A OAB chegou a apresentar pedido de habeas corpus no Supremo Tribunal Federal (STF) para preservar a criminalista. Ontem (30), o presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski, concedeu liminar em que a advogada é desobrigada a prestar esclarecimentos à CPI. Ela poderá ficar em silêncio durante o depoimento, que ainda

"Que fique, portanto, a mensagem de que o Ministério Público Federal está trabalhando para recuperar o orgulho do brasileiro e de que não existe cidadão acima da Lei. Hoje a Justiça brasileira dá sinais de que estamos vivendo um período de maturidade em que ninguém se exime do cumprimento da lei ou de se submeter às decisões

não foi marcado.

"Se ela recebeu honorários ilícitos, declarou à Receita, qual o motivo de vir à CPI. Você já viu algum advogado no país abandonar casos por ser questionado sobre a origem dos honorários? Isso só corrobora [com a dívida da CPI]. Tem alguma coisa errada nisso", acrescentou Motta, ao garantir que ela não está sendo investigada a mando de qualquer membro da comissão.

"O ministro não tem o dever de vir, apenas de não falar sobre honorários", disse o presidente da CPI, que ainda não tem data para o depoimento. Motta disse ainda que outros advogados também podem ser questionados pela comissão sobre o mesmo assunto se integrantes da CPI apresentarem requerimentos para isto.

Esta semana, antes das declarações da advogada, Hugo Motta afirmou que manteria a convocação e disse que, apesar de respeitar a manifestação de opiniões contrárias, os deputados iriam questionar Beatriz Catta Preta se-

judiciais", disse o procurador.

Para Janot, a devolução de recursos desviados de forma ilícita da Petrobras revela a situação ética e ícônica do Ministério Público, além de negar o orgulho do Brasil. "Se acompanharmos a trajetória e as dificuldades dessa empresa para chegar até onde chegou, vemos que o que essa

her a origem do dinheiro usado pelos acusados para pagar seus honorários. A advogada afirmou que não recebeu nem metade dos R\$ 30 milhões em honorários, estimados pelos parlamentares.

Entre os clientes de Beatriz Catta Preta, estavam o ex-gerente de Serviços da Petrobras Pedro Barroso, o ex-diretor de Abastecimento Paulo Roberto Costa e os executivos da Toyo Setai, Augusto Mendonça e Jiljo Camargo.

Na entrevista, a advogada disse que a "intimidação" a ela e a sua família começaram depois que o empresário da Toyo Setai, Jiljo Camargo denunciou, em delação premiada, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), de receber US\$ 5 milhões em propina para viabilizar contratos com a Petrobras. Segundo ela, Camargo não tinha citado Cunha nos primeiros depoimentos por medo e que agora, ele apresentou provas, como documentos, à Justiça.

Cunha, que nega o envolvimento no esquema, atribui a mudança do depoimento do ex-ocupa-

criminosos foram foi, além de saquear barbaramente os recursos dessa empresa, retirar da sociedade brasileira o seu orgulho e o orgulho na sua maior empresa (...). Pretendemos reverter esse quadro e permitir a recuperação do nosso orgulho perdido. Essa empresa foi vítima da situação crucial de criminosos que acharam o seu

Camargo Correia fecha acordo de leniência com o Cade

A Construtora Camargo Correia, investigada na Operação Lava Jato, assinou hoje (31) um acordo de leniência com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Com o acordo, a empresa compromete-se a revelar como funcionava o esquema de cartão de crédito para montagem de Usina Angra 3, gerenciado pelo então Estruturador. O Cade usará como provas mensagens eletrônicas trocadas entre as empresas concorrentes, agendamentos de reuniões e laudos suspeitos nas licitações. Após o fim da investigação, a punição das empresas pode ser multa de 0,1% a 20% do faturamento.

Pode ocorrer também recomendação para que as empresas sejam proibidas de contratar obras com a administração pública. Com a assinatura do acordo, as empresas poderão ter redução de um a dois terços da punição eventualmente aplicada.

Em março, o Cade fechou acordo de leniência com a Seta Engenharia e a SOG Ode e Gas, outra empresa investigada na Lava Jato. No acordo, as empresas aceitaram participar de um cartel para dividir contratos com a Petrobras.

no às presões feitas pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, que, para o parlamentar, atina "o mundo do Planalto". O fato foi o estopim para que o poder judiciário analisasse o rompimento pessoal com o governo, apesar de integrar o partido aliado ao Executivo e legenda do vice-presidente da República, Michel Temer. Desde então, Cunha evita comentar assuntos relacionados às investigações por orientação de seu advogado, Antonio Fernando de Souza.

patrimônio".

Eduardo Cardozo, aproveitou a oportunidade para reiterar que, também em um Estado de Direito, nenhum cidadão pode ser punido ou exonerado, sem o devido ao contraditório. É a ampla defesa e o trânsito em julgado de uma sentença — quando não há mais possibilidade de recurso.

VEÍCULO: NOVO JORNAL DATA: 01.08.15 EDITORIA: ECONOMIA

“RESULTADOS FISCAIS NÃO DEFINEM GRAU DE INVESTIMENTO”, DIZ BC

/ CREDIBILIDADE / CHEFE DO DEPARTAMENTO ECONÔMICO DO BANCO CENTRAL, TULIO MACIEL, DIZ QUE PAÍS TEM PERSPECTIVA DE OBTER UM AMBIENTE MACROECONÔMICO MAIS FAVORÁVEL À FRENTE E MINIMIZA RISCOS DE BAIXA DA S&P

A **EVOLUÇÃO DAS** contas e da dívida públicas não é o único fator a ser analisado pelas agências de classificação de risco, ao definir se mantém o grau de investimento do país, disse o chefe do Departamento Econômico do Banco Central (BC) Tullio Maciel.

Maciel enfatizou que o país está passando por um ano de ajuste na economia. “É um ano de transição, com perspectiva de já pod[er] obter um ambiente macroeconômico mais favorável à frente. Um ambiente que trará suporte a um crescimento sustentável”, disse.

Quarta-feira, o secretário do Tesouro Nacional, Marcelo Serrão, disse que a equipe econômica não cogita que agências retirem grau de investimento do Brasil. Segundo ele, o governo tem consenso constantemente com as agências de classificação de risco para mostrar que está empenhado em conter o crescimento das despesas públicas e que a redução da meta de superávit primário – economia para pagar os juros da dívida pública – decorre da queda na arrecadação.

O grau de investimento é uma garantia das agências de classificação do risco de que o país é um bom pagador, ou seja, não há ris-



Flexibilidade da atividade econômica se sobrepõe a medidas do governo para tentar recuperar receitas, defende BC

co de dar calote na dívida pública. Países e empresas nessa categoria conseguem atrair investidores estrangeiros, como fundos de pensões, e levantam recursos no exterior com custos menores e melhores condições de pagamento.

No último dia 28, a agência Standard & Poor's (S&P) notou a perspectiva da nota soberana do Brasil de estável para negativa, indicando que pode baixar a nota do país nos próximos meses. O rebaixamento faria o Brasil perder o grau de investimento e voltar ao grau especulativo, com risco de

calote na dívida. Em outros dias agências, Fitch e Moody's, o país está duas notas acima do grau de investimento e um eventual rebaixamento não faria o país perder a classificação.

Essa decisão da agência veio depois de o governo anunciar a redução da meta de superávit primário (economia para pagar os juros da dívida pública) para R\$ 8,747 bilhões, 0,15% do Produto Interno Bruto (PIB), soma das riquezas produzidas no país. A meta anterior do setor público era R\$ 66,3 bilhões ou 1,3% do PIB.

Maciel argumentou que a mudança na meta decorreu de um quadro de queda da atividade econômica, o que leva à redução na arrecadação de tributos pelo governo. “Por uma questão de transparência, você revisa sua meta para aquilo que é consistente”, disse.

De acordo com Maciel, a flexibilidade da atividade econômica se sobrepõe a medidas do governo para tentar recuperar receitas e conter despesas. Com isso, as contas públicas tiveram os piores resultados para o primeiro semestre do ano e para junho. Nesse perí-

do, o setor público consolidado – governos federal, estaduais e municipais e empresas estatais – registrou superávit primário de R\$ 35,234 bilhões. Em junho, houve déficit de R\$ 9,323 bilhões.

Segundo Maciel, para o BC, responsável pelo combate à inflação, o menor superávit primário não leva a mais aumento de preços, porque o menor esforço fiscal é contrabalançado por uma atividade econômica em queda, ou seja, com menos demanda pressionando a inflação. O BC tem elevado os juros para conter a demanda por produtos e serviços e assim tentar segurar a inflação.

Maciel acrescentou que a inflação está analisando se a mudança da meta faz com que a política fiscal seja classificada de expansionista (quando gastos públicos estimulam a inflação), neutra (quando gastos públicos não afetam a inflação) ou contractionista (quando despesas públicas ajudam a conter os preços). “Preliminarmente, essa mudança de meta, simultaneamente a um ciclo de atividade mais baixa, é consistente com aquele cenário de que evoluímos para neutralidade, não sendo descartada, à frente, a migração para uma zona de contenção”,

/ NAS ALTURAS /

DÓLAR SOBE 10% EM JULHO

EM MAIS DE 100 dias de turbulência no mercado financeiro, a moeda norte-americana teve forte alta e, pela primeira vez em 12 anos, fechou acima de R\$ 3,40. O dólar comercial sobe R\$ 0,354 (11,56%) e encerrou o mês vendendo a R\$ 3,405 no menor valor desde 20 de março de 2003 (R\$ 3,478).

Com a sessão de ontem (31), o dólar acumula em 2015 alta de 28,8% em 2015. Apenas em julho, a cotação sobe 10,2%, na maior alta mensal desde março, quando a divisa tinha subido 11,7%.

Desde que a equipe econômica anunciou a redução para 0,15% do PIB da meta de superávit primário (economia para pagar os juros da dívida pública) o dólar passou a subir. Segundo economistas consultados pela Agência Brasil, a possibilidade de o país perder o grau de investimento das agências de classificação de risco tem pressionado o câmbio.

A alta do dólar ocorreu no dia em que o Banco Central divulgou que as contas do setor público (União, estados, municípios e empresas estatais) registrou déficit primário de R\$ 9,3 bilhões em junho, o pior resultado para o mês. No primeiro semestre, o superávit primário acumulado somou R\$ 162 bilhões, obtido exclusivamente pelo esforço fiscal dos estados e dos municípios.

Diferentemente dos últimos dias, em que fatores externos contribuíram para a alta do dólar, a cotação não subiu em relação às principais moedas do mundo. Oitavo (8º) o dólar caiu em relação ao euro, depois terem sido publicados dados econômicos que mostram a estabilidade da inflação na zona do euro e a redução do ritmo de subida dos salários nos Estados Unidos.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE DATA: 02.08.15 EDITORIA: ECONOMIA

Aeroporto fecha semestre com movimento 8% maior

« PASSAGEIROS » Entre janeiro e junho, cerca de 1,3 milhão de passageiros passaram pelo aeroporto do RN. Inauguração de novos voos influenciou

O aeroporto Governador Aluizio Alves, em São Gonçalo do Amarante (RN), registrou aproximadamente 1,3 milhão de passageiros no primeiro semestre, um crescimento de 8% quando comparado ao mesmo período de 2014. Os números foram divulgados ontem pelo consórcio Inframérica, que administra o aeroporto.

“O aumento superou as expectativas mais pessimistas de mercado e confirmou o potencial do aeroporto”, disse José Luis Menghini, presidente do consórcio. “Nossas estimativas prelimi-

nares são de manter o ano com esse crescimento”, frisou.

O aeroporto começou a operar em junho do ano passado, substituindo o Augusto Severo, que atendia a Natal. O aumento na movimentação está relacionado à estreia de novos voos.

Durante o período, foi inaugurado um voo direto para Buenos Aires, capital argentina, e incluídos mais dois voos domésticos, ambos para Confins (MG). Houve aproximadamente 12 mil pousos e decolagens, entre janeiro e junho.

De acordo com o consórcio,

a decisão da TAM de excluir um dos voos diretos que mantém entre o RN e o Rio de Janeiro – a partir de 1º de setembro – não atrapalha a projeção de crescimento para a movimentação de passageiros este ano, “pois há perspectiva de novos voos”. Os voos não foram detalhados, mas, segundo o consórcio, há pedidos em análise na Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Capacidade

Para Menghini, o crescimento “mostra a vantagem competitiva do terminal”, que,

segundo ele, tem a melhor infraestrutura do Nordeste, a maior capacidade de expansão e a experiência para ser o hub da região – se referindo ao centro de conexões de voos, ou hub, que a companhia aérea TAM pretende implantar em um aeroporto do Nordeste.

O hub da TAM é disputado pelo RN e os aeroportos de Fortaleza (CE) e Recife (PE). “Aliado à localização estratégica de Natal, temos todos os pontos fortes para a conquista deste objetivo”, disse o presidente do consórcio Inframérica.

VEÍCULO: NOVO JORNAL DATA: 01.08.15 EDITORIA: ECONOMIA

PETROBRAS COM MAIS CONTROLE

/ GOVERNANÇA / UMA DAS PROVIDÊNCIAS DIZ RESPEITO AO PROCESSO DE GESTÃO DE FORNECEDORES, QUE A PETROBRAS TORNOU MAIS RIGOROSO

A PETROBRAS ANUNCIOU ontem que vai aprimorar os controles internos da companhia para evitar fraudes e desvios como os que foram descobertos pela Operação Lava Jato. O anúncio das medidas foi feito pelo presidente da estatal, Aldemir Bendine, durante solenidade de repatriação de R\$ 69 milhões recebidos pelo ex-gerente da estatal Pedro Barusco, de uma empresa de navios-plataforma da Holanda.

Segundo Bendine, embora a estatal tenha sido vítima de "um grupo de pessoas que se valeram de seus cargos ou do poderio econômico para lesar o patrimônio da empresa, a companhia não vai aceitar a condição de vítima com passividade".

"Estamos agindo para tirar lições do ocorrido, a fim de fortalecer as instituições. Uma delas é a destinação desses recursos, que estão retornando para a empresa, para aprimorar a nossa governança. Estamos lançando, ainda, um conjunto adicional de medidas para aprimorar os controles internos da companhia", disse Bendine.

Uma das providências diz respeito ao processo de gestão de fornecedores, que a Petrobras tornou mais rigoroso. As empresas agora deverão prestar informações detalhadas sobre estrutura, finanças e mecanismos de conformidade (compliance), combates à fraude e à corrupção, sendo avaliada pelo processo conhecido como Due Di-



► Petrobras vai estimular denúncias de indícios de irregularidades

ligence de Integridade.

Segundo nota da estatal, o objetivo é aumentar a segurança nas contratações de bens e serviços e diminuir os riscos em relação à práticas de fraude e corrupção. Neste sentido, apenas os fornecedores que comprovarem a adoção das medidas serão mantidos no cadastro da Petrobras e poderão participar de processos licitatórios.

A nota diz que a revisão da situação dos fornecedores começa com as empresas bloqueadas cautelarmente, em função das evidências levantadas pelas investigações da Operação Lava Jato.

Serão avaliadas também aquelas que estão em processo de renovação ou em fase de inclusão

no cadastro corporativo. Os novos contratos serão assinados junto a fornecedores que tenham sido aprovados no novo modelo de análise de integridade.

A Petrobras também está tomando medidas para aumentar o controle interno. Uma delas é a limitação das decisões individuais em todos os níveis da companhia, promovendo decisões colegiadas.

Outra iniciativa é a criação de dois novos comitês - estratégico e financeiro - para assessorar o conselho de administração na apreciação de pautas, aprofundando a análise de todos os temas submetidos.

"Todos os projetos elaborados e aprovados dentro da com-

panhia agora também têm de ser submetidos à avaliação de uma matriz que leva em conta os possíveis riscos, inclusive do ponto de vista de controle e transparência", diz a nota.

Para estimular denúncias de indícios de irregularidades, a Petrobras vai contratar uma auditoria externa independente, que ficará disponível 24 horas por dia, em diversos idiomas. Também ficará aberta ao público externo e para denúncias anônimas. O formato já é adotado pelas maiores empresas de petróleo com boas práticas de governança.

A auditoria interna agora passa a participar de todas as reuniões da diretoria executiva da Petrobras, o que, segundo a empresa, "pode contribuir para a elaboração dos planos de auditoria desde o início da aprovação dos projetos".

A fim de aumentar o rigor das sanções a empregados envolvidos em casos de desrespeito às normas da Petrobras, a empresa decidiu criar o Comitê de Correção, vinculado à Diretoria de Governança, Risco e Conformidade.

O papel desse colegiado é assegurar que as punições aplicadas contra os empregados dentro da companhia sejam adequadas à gravidade das irregularidades. Além disso, o comitê tem a prerrogativa de punir gestores que deixem de apurar ou punir seus subordinados.

VEÍCULO: NOVO JORNAL DATA: 01.08.15 EDITORIA: ECONOMIA

/ SALGADO /

Cobrança extra na conta de luz continua em agosto, diz Aneel

EM AGOSTO, OS consumidores vão pagar novamente um adicional de R\$ 5,50 a cada 100 quilowatt-hora (kWh) de energia consumidos. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) informou ontem que a bandeira tarifária vermelha estará em vigor no período.

O sistema de bandeiras tarifárias permite a cobrança de um valor extra na conta de luz, de

acordo com o custo de geração de energia. Em julho, a bandeira também foi vermelha, por causa do uso intenso da energia de usinas termelétricas, que é mais cara do que a gerada por usinas hidrelétricas.

Com as cores verde, amarela e vermelha, as bandeiras servem para indicar as condições de geração de energia no país. Se for um mês com poucas chuvas, os reser-

vatórios das hidrelétricas estarão mais baixos, por isso, será necessário usar mais energia gerada por termelétricas.

A bandeira verde significa que os custos para gerar energia naquele mês foram baixos, portanto, a tarifa de energia não terá acréscimo. Se a conta de luz vier com a bandeira amarela, a tarifa de energia terá acréscimo de R\$ 2,50 para cada 100 kWh consumi-

dos. Já a bandeira vermelha mostra que o custo da geração naquele mês está mais alto, com maior acionamento de termelétricas, e haverá adicional de R\$ 5,50 a cada 100 kWh.

Segundo a Aneel, com o sistema de bandeiras tarifárias, o consumidor poderá identificar qual a bandeira do mês e reagir a essa sinalização com o uso inteligente da energia elétrica, sem desperdício.

VEÍCULO: NOVO JORNAL DATA: 01.08.15 EDITORIA: ECONOMIA



► Banco vai dar capacitação financeira e a Sebrae, gerencial

/ COOPERAÇÃO /

BANCO DO NORDESTE E SEBRAE ASSINAM ACORDO

O **BANCO DO** Nordeste e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) firmaram ontem acordo de cooperação para estimular a produtividade e a competitividade de microempreendedores individuais, micro e pequenas empresas e pequenos produtores rurais. O acordo foi assinado durante o 28º Fórum Banco do Nordeste de Desenvolvimento, que marca os 63 anos do banco.

Pelo acordo, as duas entidades vão dar orientações sobre capacitação técnica e gerencial, financiamento e acesso a crédito, especialmente ao FNE Inovação, que utiliza verbas do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste. Para este ano, o banco vai disponibilizar R\$ 3 bilhões em crédito. Os órgãos também vão promover estudos e pesquisas sobre os segmentos e implantar o Observatório de Pequenos Negócios para a Região Nordeste.

“O setor de micro e pequenas empresas precisa de uma parceria de crédito não só para capital de giro, mas para investimento e inovação. Nossa expectativa é juntar as expertises para promover acesso ao crédito orientado a uma orientação

pós-crédito e a um trabalho de melhoria de planejamento e gestão dessas empresas para que possam se desenvolver o máximo possível”, disse o presidente do Sebrae, Luiz Baretto.

Segundo o superintendente de Negócios de Varejo e Agronegócio do Banco do Nordeste, Luiz Sérgio Farias Machado, a ideia do acordo parte de uma tendência de fragilidade da micro e pequena empresas. Machado destacou que cerca de 40% dos negócios desse segmento deixam de existir em dois anos e atribui essa alta taxa de insucesso à falta de conhecimento de fatores relacionados à administração do negócio, como planejamento, gestão e controle.

O diretor de Administração e Tecnologia da Informação do Banco do Nordeste, Isaias Matos Dantas, esclarece que não há limite de recursos para as atividades desse acordo. Por meio do FNE Inovação, os pequenos produtores rurais, microempreendedores individuais e micro e pequenas empresas terão acesso a prazos e taxas apropriadas. “O FNE Inovação visa abrigar iniciativas inovadoras que busquem maior eficiência dos meios de produção”.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE **DATA:** 02.08.15 **EDITORIA:** ECONOMIA

GUSTAVO MESSINA/MTUR



Ministro Armando Monteiro (esq.) garantiu apoio ao projeto do Ministro Henrique Eduardo Alves

Desenvolvimento apoia projeto das Áreas Especiais de Turismo

« PROPOSTA » Ministério do Turismo elabora projeto para instalar áreas com benefícios econômicos para atrair novos investidores

Em audiência realizada no Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), o ministro do Turismo, Henrique Eduardo Alves, pediu ao ministro Armando Monteiro apoio para a criação de Áreas Especiais de Turismo. O projeto, em estudo pelo Ministério do Turismo, prevê a definição de áreas com benefícios econômicos e facilidades no processo de licenciamento para atração de investidores.

“Seria um grande passo para conseguirmos atrair investidores para áreas que possam ser exploradas de maneira sustentável. Poderíamos atrair divisas, gerar empregos e movimentar a economia dessas regiões”, afirmou Henrique Eduardo Alves, em cerimônia de assinatura de um

acordo entre os dois ministérios, com o objetivo de compartilhar informações para investidores.

O México é um exemplo evidente de como essa medida pode mudar o cenário que temos hoje no Brasil. Há 40 anos, a região que hoje abriga e Cancun era abandonada. No ano passado, o turismo acrescentou US\$ 16 bilhões à economia do país, sendo que apenas Cancun respondeu por 70% desse montante.

O ministro Armando Monteiro confirmou o apoio do MDIC para o que chamou de zonas de processamento de exportação para serviços. “Turismo é exportação. A possibilidade de incluir o turismo na legislação e transformar o que hoje só contempla bens para serviços é uma grande oportunidade para o Brasil.

Construiríamos as Zonas de Processamento de Exportação de Serviços”, disse Monteiro.

Atualmente, a estrutura das Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) é vinculada ao MDIC. A orientação da política das ZPE, os requisitos necessários e a análise das propostas são de responsabilidade do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE).

Na ocasião, Henrique Eduardo Alves pediu apoio, também, para o projeto de isenção excepcional do visto de norte-americanos para o Brasil e para a reformulação do modelo de gestão da Embratur nos moldes da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX), vinculada ao MDIC.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE DATA: 02.08.15 EDITORIA: ECONOMIA /NEGÓCIOS E FINANÇAS

Tributos x investimentos

Com uma carga tributária do tamanho de países do Primeiro Mundo, o Brasil encontra-se numa encruzilhada que vai lhe custar, no mínimo, em uma década de baixo crescimento. O que fazer a partir de agora com o dinheiro curto, aliás, faltando dinheiro para investimentos? É enfrentar a situação com equilíbrio, como disse o ministro Nelson Barbosa, do Planejamento e Gestão: "A realidade foi convidada e se impôs", alertando que "sem crescimento, não há equilíbrio fiscal". Agora é saber por onde começar o crescimento sem dinheiro para tocar as obras públicas.

DESIGUALDADE Enquanto alguns servidores públicos ganham planos de cargos, carreiras e salários e outros, ganham salários muito mais altos, vantagens e auxílios de toda ordem, o contribuinte/cidadão acumula perdas. Perde com a saúde pública ineficiente, sem educação de qualidade, sem segurança e sem mobilidade. E, são esses cidadãos que garantem todos os benefícios e salários dos que estão em "acima".

Despesas (I)

A frustração do crescimento da receita e o aumento na parte do custeio do órgão são os fatores que levaram alguns órgãos públicos a reduzirem suas despesas. O Ministério Público Estadual do RN diz que houve uma redução significativa (de 92%) no pagamento de direitos financeiros de exercícios anteriores para membros. .

Despesas (II)

A folha salarial do Tribunal de Justiça do RN cresceu 27,3% entre 2010 e 2013. Agora, o TJRN faz a sua parte reduzindo as despesas, para contratar estagiários e mais juizes, para melhorar o atendimento ao público. Na Assembleia Legislativa também há um esforço em curso para reduzir despesas, da mesma forma no Executivo.

CONSUMO A Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC), dá início amanhã, a uma nova campanha de marketing com ações em emissoras de rádio e tevê e em portais de notícias, conteúdo e entretenimento, além das mídias sociais. O objetivo é divulgar os benefícios do consumo regular e diário junto às donas de casa da Classe C, com mais de 25 anos, que são o público-alvo. A meta é atingir 16 milhões de brasileiras.

1 O Governo do Estado anuncia quase R\$ 5 milhões para interiorização do turismo potiguar. Desse total, R\$ 1,4 milhão na elaboração de um Plano Estratégico e Marketing, para a interiorização do setor buscando a geração de emprego e renda. Os recursos serão do RN Sustentável. No começo do governo passado, lembra um empresário, o consultor Paulo Gaudenzi fez um plano estratégico que consumiu muito dinheiro. Pra que serviu?

2 O 2º Salão de Turismo Rota 101 Nordeste, no Centro de Convenções de Pernambuco, de 6 a 8 próximo, deverá receber cerca de dez mil visitantes, entre profissionais do setor e público final. Reunirá cerca de 20 operadores, 500 agentes de viagens e 50 jornalistas. A estimativa é dos organizadores do Salão, que terá festival gastronômico, apresentações culturais e exposição e venda de artesanato.

3 A partir de amanhã (3) até o dia 6, empresários do RN estarão em Fortaleza, na 35ª Convenção Anual do Atacadista Distribuidor, com o tema "ABAD 360º, Indústria, Agente de Distribuição e Varejo. Juntos gerando oportunidades". A expectativa é de R\$ 20 bilhões em negócios, com cerca de 150 fornecedores de produtos, serviços e equipamentos e mais de 30 mil visitas.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE DATA: 02.08.15 EDITORIA: ECONOMIA

Produtos e serviços mais caros desafiam o bolso em Natal

« CUSTO DE VIDA » O custo da cesta básica voltou a subir na capital e outros itens também estão mais "salgados". E o cenário tem inibido o consumidor

FERNANDO DOMINGO
Repórter

Carne bovina: alta de 14,70%. Despesas com educação: aumento de 11,77%. Gastos com vestuário: 9,64% maiores. O crescimento dos preços e a subida dos juros têm mostrado, de forma cada vez mais evidente, uma retração do poder de compra na capital potiguar. Agora, uma simples ida ao supermercado, sem o devido cuidado nos valores cobrados, pode significar um desajuste considerável no orçamento familiar.

De acordo com o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), levantamento feito pelo Idema/RN, o consumidor de Natal começou o ano, em relação à junho de 2014, pagando menos nos itens da cesta básica. No entanto, a alegria durou pouco. Sete meses depois do 1º dia de 2015, no acumulado dos 12 meses, a variação apenas nos preços de alimentação e bebidas cresceu 12,61%.

"Pelo que se observa, este aumento, principalmente de determinados produtos da cesta básica, é fruto da inflação geral, do preço dos combustíveis e dos insumos, onde se destacam os reajustes da energia. Somado a isso, temos a realidade estadual. O Rio Grande do Norte, hoje, ainda é muito dependente de fornecimentos externos, é um Estado que importa muito. Então, não temos muita autonomia sobre a variação dos valores", analisou Ricardo Valério Menezes, vice-presidente do Conselho Regional de Economia (Corecon-RN).

Carne

Ainda no caso da carne bovina, o valor médio para 4,5 kg, capaz de abastecer uma família de 4 pessoas, saltou, neste período, de R\$ 76,25 para R\$ 87,46. O aumento, inclusive, serve como base, praticamente sozinho, para explicar a variação da cesta básica, que subiu de R\$ 268,94 para 290,06, o que

representa 7,85% de aumento.

Para Eugênio Medeiros, diretor da Associação de Supermercados do Rio Grande do Norte (Assurn), o alto preço da carne na capital potiguar ocorre por fatores externos e culturais, mas, "é variável", podendo retornar a valores mais baixos conforme a demanda ofertada.

"Praticamente 90% da carne que nós consumimos aqui é de fora. Hoje, a gente compra de frigoríficos da região Centro-Oeste, de Mato Grosso. Então, varia muito. A exportação também é um fator que influencia.

Quando há elevação, a tendência é que o preço caia no mercado interno. E aqui no Nordeste, houve um período que a chamada carne de segunda, que é a parte dianteira, estava tendo um consumo muito grande. Isso fez com que os preços chegassem muito perto da carne de primeira, que é a traseira do gado", comentou Eugênio Medeiros.

Apesar da alta de determinados produtos e do crescimento do preço da cesta básica em Natal, nos últimos doze meses, há certos pontos destacáveis. Em pesquisa semelhante feita pelo Dieese/RN (Departamento Intersindical de Estatística e Estu-

dos Socioeconômicos), o preço médio por pessoa para a compra dos itens básicos evoluiu de R\$ 292,49 para R\$ 302,76, e o custo com a carne é o maior do Nordeste. No entanto, na análise do tempo de trabalho necessário para atingir este montante financeiro, houve queda de 88h53min (junho/14) para 84h32min (junho/15).

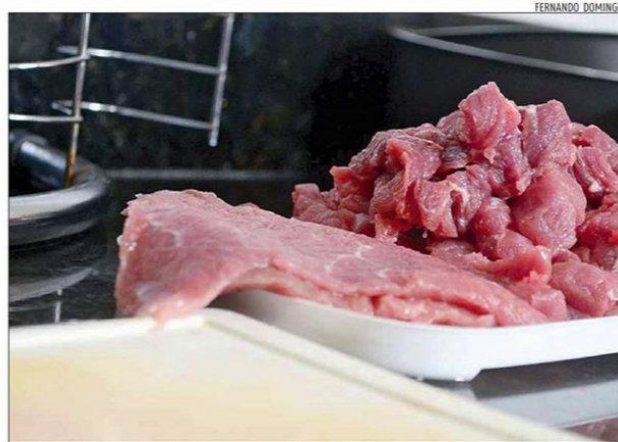
Para Melquisedec Moreira, analista do Dieese/RN, há uma explicação para isso: aumento do salário mínimo semelhante à subida da cesta básica. "Na soma geral, de consumo, o salário foi corroído completamente, por conta do ganho real, da alta da inflação, a questão do câmbio. Mas, em relação ao poder de compra e a velocidade, no caso da cesta básica ela se mantém estável, porque os números são parecidos. No caso das vendas em geral, há uma queda pelo ciclo de consumo. As pessoas vinham acostumadas a comprar, nos últimos 5 ou 6 anos, e agora não há as mesmas necessidades, de televisão, geladeira, por exemplo", pontuou Moreira.

PAGINA 3
As estratégias dos consumidores.

ADRIANO ABBEV



Medeiros: Alta da carne é explicada também por fatores culturais



A carne bovina é um dos itens com maior reajuste nos supermercados, este ano: Peso no bolso

O bolso do consumidor em Natal

Raio X da alta dos preços e o impacto nas finanças

Custo de vida para uma família de 4 pessoas em Natal

Variação nos últimos 12 meses*



R\$ 3.577,74
seria a despesa mensal de uma família com 4 pessoas caso fossem adicionados todos os gastos indicados

*Cálculo com base na evolução dos custos entre os meses de junho de 2014 e junho de 2015

Junho de 2015

foi o quanto o consumo de bebidas e a alimentação comprometeram o orçamento familiar

Principais motivos

- Tubérculos, raízes e legumes
- Aves e ovos
- Enlatados e conservas

R\$ 290,06

foi o custo da cesta básica para uma pessoa

R\$ 1.160,24

foi o custo da cesta básica para uma família de 4 pessoas

Produtos mais caros:

Carne	R\$ 87,46 por 4,5 kg
Pão	R\$ 40,94 por 6 kg
Tubérculos	R\$ 38,57 por 6 kg
Frutas	R\$ 24,66 por 9 kg
Legumes	R\$ 20,69 por 6 kg

Janeiro de 2015

foi o quanto o consumo de bebidas e a alimentação comprometeram o orçamento familiar

Principais motivos

- Alimentos fora do domicílio
- Hortaliças e Verduras
- Aves e Ovos

R\$ 259,83

foi o custo da cesta básica para uma pessoa

R\$ 1.039,32

foi o custo da cesta básica para uma família de 4 pessoas

Produtos mais caros:

Carne	R\$ 78,60 por 4,5 kg
Pão	R\$ 39,40 por 6 kg
Tubérculos	R\$ 29,02 por 6 kg
Frutas	R\$ 22,19 por 9 kg
Legumes	R\$ 13,96 por 6 kg

Junho de 2014

foi o quanto o consumo de bebidas e a alimentação comprometeram o orçamento familiar

Principais motivos

- Óleos e Gorduras
- Leites e Derivados
- Pescados

R\$ 268,94

foi o custo da cesta básica para uma pessoa

R\$ 1.075,76

foi o custo da cesta básica para uma família de 4 pessoas

Produtos mais caros:

Carne	R\$ 76,25 por 4,5 kg
Pão	R\$ 41,23 por 6 kg
Tubérculos	R\$ 31,11 por 6 kg
Frutas	R\$ 22,83 por 9 kg
Feijão	R\$ 19,44 por 4,5 kg

Fonte: Índice de Preços ao Consumidor (IPC) - Idema/RN

Cebola em Natal é uma das mais caras

«CUSTO DE VIDA» O preço do produto disparou e tem sido motivo de queixa dos consumidores. Problema na safra em São Paulo foi a razão da elevação, segundo a Ceasa/RN, mas tendência é de queda no mercado



A cebola roxa passou de R\$ 2,99, em janeiro, para R\$ 5,98 neste mês. No caso da cebola branca, alta foi de R\$ 2,29 para R\$ 5,48

Quem caminha pelos corredores dos supermercados da capital potiguar não tem se preocupado apenas com os aumentos da carne bovina – produto cujo mercado regional é abastecido 90% por importações. Durante as compras semanais, os olhos dos consumidores observam uma constante evolução dos hortifrútiis, itens que, pelos fatores climáticos e dificuldades de oferta, chegaram a dobrar de valores no acumulado do primeiro semestre.

O caso mais explícito é o da cebola, usada por muitos cozinheiros domésticos para temperar as refeições de cada dia. De acordo com levantamento feito pela TRIBUNA DO NORTE, a partir de notas fiscais de um supermercado de Natal, a cebola roxa passou de R\$ 2,99 no mês de janeiro para R\$ 5,98 neste mês de julho. No caso da cebola branca, a variação foi de R\$ 2,29 para R\$ 5,48.

"A cebola está um absurdo. A única solução que encontrei foi deixar de comprar, porque, não tem condições. Está custando R\$ 5, já encontrei a R\$ 7. E em casa uso alho. O queijo também, subiu bastante. A verdade é que tudo está caro. Mas, alguns até dá para driblar. Enquanto isso, com

os preços aumentando, o nosso salário continua o mesmo. É desproporcional", lamentou a comerciante Joana Maria, 45 anos.

A elevação nos preços da cebola impactaram na venda do produto de forma geral. Os preços subiram no varejo e no atacado. Segundo análise diária da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), os valores praticados em Natal são os mais caros de toda a região Nordeste, com apenas Fortaleza registrando mesmo custo de R\$ 5 por quilo. Em Recife está R\$ 4, em Salvador R\$ 3,80 e em João Pessoa R\$ 3,72.

Queda

Apesar do crescimento constante observado, para o gerente comercial da Ceasa/RN, Hugo Moura, o aumento foi sazonal e já vem registrando queda.

"A safra teve um problema em São Paulo e isso acabou afetando o Nordeste, porque o Sul comprou a nossa cebola e acabamos ficando sem o produto. A média ficando sem o produto. A média hoje está entre R\$ 55 e R\$ 60 o saco. No varejo, logo deve chegar aos R\$ 3, assim que normalizar por completo, porque também vai vir muita colheita", indicou Moura. A perspectiva é compartilhada também pelo diretor da Associação de Supermercados

NÚMEROS

R\$ 5

é quanto custa o quilo da cebola em Natal. É o mais caro do Nordeste, empatado com Fortaleza.

R\$ 3,72

é o custo da cebola em João Pessoa. Em Recife, o quilo sai por R\$ 4 e em Salvador está em R\$ 3,80.

R\$ 3

é a expectativa de preço para a cebola, no varejo potiguar, nos próximos dias.

do Rio Grande do Norte (Assurn), Eugênio Medeiros.

"Você tem vários fatores que comprometem a safra, como estoque, oferta, excesso de chuva, de sol. Já houve épocas em Pernambuco, que os produtores de cebola mandaram passar em cima da produção, porque não compensava colher com o preço de R\$ 0,20. Pagava-se mais pa-

ra colher do que o lucro da venda. E hoje está ao contrário, estamos vendendo cebola de R\$ 4,95", disse. E acrescentou: "o tomate mesmo já teve esse momento. No segmento hortifrúti, a lei de oferta e procura é muito dinâmica".

Para Hugo Moura, gerente da Ceasa/RN, os preços praticados na Central têm tido certa estabilidade nos últimos meses. Contudo, ele reconhece que alguns segmentos do setor sofreram dificuldades climáticas, que são "difíceis" de solucionar.

"Tivemos quedas específicas. Faltoi milho, por exemplo, na Paraíba e em Recife e eles compraram o nosso, direto no roçado. Com isso, o mercado daqui ficou sem e isso refletiu em um aumento de 25% nos preços", lembrou.

A preocupação do gerente, porém, é com a insegurança do setor. "Estamos registrando uma queda de 8% desde o início do ano. O mercado não está confiando. O mercado não está confiando e os produtores estão se resguardando. Na cabeça deles, faltam perspectivas. E, se cair mais, principalmente pelo clima, que não há saída para atacar, os próximos meses podem ser difíceis. Não teríamos escape", detalhou Hugo Moura.

O que pensa o consumidor

Como avaliam os preços e estratégias no supermercado:



"Tenho percebido algumas mudanças, como a cebola e alguns produtos de limpeza. Lá em casa são seis pessoas e nem todos trabalham, então, não podemos passar do orçamento. A solução é trocar as marcas, ver as promoções e levar as que estão mais em conta, com preço acessível, porque também não podemos deixar de comprar alguns itens básicos".
CIRLEIA SILVA 37 anos, doméstica



"Os preços estão muito altos. Até os produtos em promoção estão caros. O tomate, a cebola. Em todo canto está assim. O consumidor tem que procurar bastante, conferir os preços. Sempre que posso, também tenho reduzido a quantidade de alguns itens. Mas é difícil, porque algumas coisas não dá para abrir mão".
LOURDES CÂMARA 83 anos, aposentada



"Os preços estão um caos. Cada semana dão um pulo, estão subindo de forma desregrada. E não são apenas alguns itens, são os legumes, as verduras, a carne, o sabão em pó. E, se a qualidade ainda fosse boa, eu nem reclamava. Mas, a verdade é que a oferta está muito ruim. Se passa 30 minutos para encontrar um pé de alface bom".
MARIA LINETE DE MACEDO 67 anos, aposentada



"Não tem nem dúvida que os preços estão mais altos. Tenho comprado só o necessário, mesmo. Essa é a única maneira de tentar equilibrar essa balança. Escolho frutas, verduras, evito o desperdício. Moro com um amigo e a gente tem feito isso, comprado apenas aquilo que precisamos. As vezes, uma



Consumidor retoma antiga prática de estocar alimentos

A crise que deu início às instabilidades de mercados econômicos, gerou variações de preço e retração no consumo, pode sinalizar adequações não imaginadas por pessoas mais jovens. Segundo entidades do setor de alimentos, tanta mudança nos últi-

mando, com um risco muito grande, para uma inflação de 2 dígitos e isto, naturalmente, provoca um achatamento brutal na renda familiar e reduz o consumo", analisou.

Aperto



Freire, do IBGE: "Orçamentos devem continuar apertados"

mentos, tanta mudança nos últimos doze meses tem resultado em velhos hábitos, até então esquecidos, como fazer compras volumosas, observar promoções e fazer estoque de produtos.

"Alguns comportamentos antigos estão voltando. Por exemplo, fazer a compra maior do mês logo após o recebimento do salário. Nos períodos mais recentes, as pessoas já estavam acostumadas a vir no supermercado 3 à 4 vezes por semana, até mais de uma vez no dia, porque não tinha mais necessidade de se estocar. Os próprios freezers, que todo mundo tinha, foram abolidos", destaca Eugênio Medeiros, diretor da Assum.

Para o vice-presidente do Conselho Regional de Economia (Corecon-RN), Ricardo Valério Costa Menezes, tais ações são decorrentes do maior perigo aos consumidores brasileiros: a inflação nacional. "Estamos cami-

Aperto

A falta de perspectivas favoráveis para o restante do ano é descrita também por Aldemir Freire, analista do IBGE/RN. "A tendência é que os orçamentos continuem apertados. Pela conjuntura apertada, de mercado de trabalho restrito, a inflação nesse patamar mais alto, devemos fechar o ano nessa condição de aperto", prevê. Ainda de acordo com ele, porém, para 2016 o quadro deve ser distinto. "Acredito que teremos um alívio melhor no ano que vem, pela política monetária, a inflação converge para a meta", frisou.

Enquanto isto não se realiza, nem quem aposte nas épocas promocionais, com liquidações e maior oferta de produtos. O Assai Atacadista, estima crescimento de 20% no período do Dia dos Pais, tanto na venda de carnes, quanto no comércio de bebidas, frutas, verduras e legumes.

tem feito isso, comprado apenas aquilo que precisamos. As vezes, uma sardinha, um biscoito".

BRENO ANDRÉ 29 anos, vendedor



► "Os preços tem aumentado constantemente. A cada dia encontramos um novo valor. A cebola, que é um produto que se usa muita, já encontrei por até R\$7 o quilo. É demais. Eu tenho restaurante, trabalho com comida, e é complicado. Estou comprando os itens necessários aos poucos e estocando. Variando os supermercados também. Está me prejudicando, mas, não posso subir meu preço".

CLEOMAR FÉLIX 40 anos, empresária

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE **DATA:** 02.08.15 **EDITORIA:** ECONOMIA

‘O ajuste foi uma pancada, mas o 2º semestre será melhor’

Publicação: 2015-08-02 00:00:00 | Comentários: 0

Fernando Domingo

Repórter

O Rio Grande do Norte atravessou um primeiro semestre de consumo e economia retraídos e também contabilizando frustrações em receitas. Mas no segundo semestre, o horizonte parece mais favorável, segundo o secretário estadual de Tributação, André Horta Melo. Nesta entrevista, ele apresenta números e análises sobre as contas do Estado, fala sobre arrecadação e, ainda, sobre incentivos lançados na tentativa de atrair um centro de conexões de voos da companhia área TAM para o estado. O investimento, chamado de “hub”, é disputado pelos aeroportos do RN, de Fortaleza (CE) e de Recife (PE). Confira abaixo os principais trechos da entrevista:

Ana

Silva



O secretário de Tributação do RN, André Horta Melo, fala sobre receitas do Estado, desafios e oportunidades enxergadas no mercado

No primeiro semestre de 2015 o Estado arrecadou R\$ 2 bilhões, valor 8% maior que o recolhido durante o mesmo período do ano passado. Mas, o montante não

seria o suficiente para deixar o caixa estadual em situação confortável. Um mês depois, qual a situação?

Perfeito. Nesse semestre, a LOA [Lei Orçamentária Estadual tinha previsto uma arrecadação de R\$ 2.478 bilhões e só arrecadamos R\$ 2,442 bilhões. Ou seja, tivemos uma frustração de ICMS, em relação à LOA, de R\$ 36 milhões, que representou 1,5%. Mas, essa frustração não explica sozinha a nossa dificuldade desse ano. Isso significou um crescimento nominal de 6,6% e uma queda real, evidentemente, de 1,5%.

As frustrações com o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o pagamento de royalties de petróleo são os problemas da arrecadação?

O FPE tinha previsto R\$ 1,847 bilhão e só entrou R\$ 1,757. Ou seja, foi uma frustração de R\$ 90 milhões, que representou 4,99%. O ICMS, que tem uma receita bem maior, teve R\$ 36 milhões, 1,5% de receita. Mas, não chegamos ainda no problema. A grande dificuldade foram os royalties. Foi previsto R\$ 169 milhões e foi realizado R\$ 71 milhões. A frustração foi de 43,3%. Então, ele quase que sozinho explica a dificuldade do Estado em relação às receitas. Evidentemente que na previsão de R\$ 4,496 bilhão, o papel maior é do ICMS e seu 1,5% que vão influenciar mais.

E quais foram os fatores para esta arrecadação mais baixa que a LOA?

Na questão do FPE, ele é financiado por IR e IPI. Os Estados do Nordeste sentiram a crise, mas, os Estados do Sudeste sentiram muito mais, porque eles são industrializados. Então, no primeiro quadrimestre, por exemplo, houve queda nominal de arrecadação em quase todo o Sudeste. São Paulo empatou. Arrecadou esse ano menos que no ano passado. Nós não tivemos isso aqui no Rio Grande do Norte. Mas, como eles são quem mais pagam IR e IPI, são que nutrem o FPE, que é o repasse para cá. Por isso que caiu mais que o ICMS, que é uma força unicamente do Estado.

E no caso dos royalties?

O preço do barril de petróleo em dezembro tava metade do apurado em julho do ano passado. Então, isso aí derrubou, de forma proporcional, a arrecadação. Fora as operações da Petrobras, que também impactaram. O Rio Grande do Norte só não está mais tranquilo em relação ao país por conta da Petrobras. Esse ano, ela se tornou a maior produtora de petróleo do mundo, passando a Exxon Mobil. Mas, em um ano que seria de boas novidades, que mostrou interacionalmente como uma grande empresa, foi o mesmo período que teve essas operações. A Petrobras é a maior contribuinte do Rio Grande do Norte. Evidentemente, assim sendo, isso mexe na economia.

E os ajustes fiscais, quais foram os impactos diretos?

O ajuste fiscal de saída foi uma pancada no ICMS. Quando você dobrou o IOF sobre o consumo, de 1,5% para 3%, desde janeiro, com aplicação a partir de fevereiro, o que aconteceu? O ICMS incide sobre o consumo, então, quando se interfere nele, contendo-o, para conter a inflação, isso reduz o imposto também, que é a principal receita dos Estados do país. É o imposto que mais arrecada no Brasil. O que se esperava era que, apesar do ICMS enfrentar uma queda real, o FPE compensaria, pelo aumento do IPI de outros setores. Mas, não foi o caso.

Mas esta frustração de 1,5% impactou nas contas do Estado?

Se a gente tivesse tido uma frustração de receita de 1,5% e dependesse só da gente, teríamos contornado esta situação com muito mais serenidade. Se fosse só a questão do ICMS, com certeza, passaríamos por isto com muito mais tranquilidade. Mas, com os royalties e o FPE juntos, isso é muito. Então, estamos lutando com muito mais força para superar.

O que se pode fazer?

O que é possível é o de sempre: cortar gastos e aumentar a fonte de receita. A outra parte é receita tributária. Temos diversas que não são niveladas com outros Estados. Por exemplo, o ITCD é o menor do Brasil: 3%. Na Bahia e no Ceará se paga até 7%. Então assim, tem muitas fontes de receitas que não interferem nos negócios e que poderiam ser acionados. E tem outros negócios que são tributados e poderiam ser aliviados. A questão é manter a mesma carga e manter o perfil dela.

O Estado já planeja alguma dessas medidas?

Estamos conversando com outros secretários da fazenda do Nordeste e estudando uma melhor adequação do perfil de carga nordestina, para ver a possibilidade de alívio em determinadas áreas, havendo um ajuste, para fazer frente. Com isso, por exemplo, retirando do consumo, você cria uma dinâmica. O logista vende mais, gera emprego, compra do fornecedor. Para a economia, tem um efeito extremamente benéfico e com a mesma carga.

Qual a tendência para o segundo semestre?

As perspectivas para o segundo semestre são de melhorias. Já está claro, pelo mês de julho, como o consumo melhorou. Em fevereiro, tivemos R\$ 69 milhões de arrecadação no Varejo, que eu acho um ótimo indicador, em março R\$ 70 mi, abril R\$ 72 mi, maio R\$ 68 mi e em junho R\$ 73,2 mi. Tirando maio, de fevereiro à junho só teve crescimento. A tendência não é rápida, a todo vapor, mas, os números já

indicam um crescimento. Certamente isso permanecerá.

Em relação à previsão da LOA, o Governo fecharia com superávit? E na comparação do segundo com o primeiro semestre do ano?

Não. É impossível. Os números da LOA foram orçados em agosto do ano passado e sem ter a perspectiva do que passaríamos este ano. Naquela época, o barril de petróleo e os royalties estavam lá em cima o preço e pensávamos que todas estas receitas iam entrar. A meta fiscal foi pensada dessa forma. Evidentemente que os números que a gente tem hoje são projeções infladas. Mas, a nossa meta para julho, por exemplo, é de R\$ 415 milhões e faltando alguns valores para serem compensados, já passamos os R\$ 388 milhões. Com isso, acredito que atingiremos crescimento real de arrecadação pela segunda vez no ano, em torno de 4%. No Sudeste, eles tão tendo queda nominal. O nosso número é ótimo e inédito, porém, possui uma frustração de milhões perante a LOA. Em relação ao primeiro semestre sim, o segundo tradicionalmente é melhor, tem mais festas e mais gastos.

A economia nacional preocupa ou já há indícios de melhoras?

Acredito que no último trimestre do ano nós pegamos a reta de ascensão. Concordo com o ministro [do Planejamento] Nelson Barbosa neste sentido. O Rio Grande do Norte não, o RN vai antes, pega essa subida a partir de setembro, porque não sentiu os efeitos da crise como o Sudeste, com excelente arrecadação para um tempo de crise.

Os cortes anunciados de R\$ 11 milhões, anunciados pelo Governo do Estado, impactam de maneira na arrecadação? Qual o motivo e a expectativa da decisão?

Na arrecadação não terá efeito, o impacto será no saldo de receita das despesas. Por isso, cabe à Secretaria de Planejamento detalhar. Claro que, sobrando mais arrecadação, vai sobrar mais e isto servirá para outros pagamentos. O efeito é no ajuste das contas. A medida é de contenção e ajuste para o Governo do Estado.

E a inadimplência na arrecadação?

A inadimplência do Estado diminuiu. Começamos o ano com R\$ 450 milhões, em relação à tributos, e hoje tá aí em R\$ 367 milhões. Houve uma redução, mas, ainda há muito o que se fazer.

Como a Secretaria tem trabalhado para buscar estes valores?

A inadimplência tem uma carteira de cobrança amigável, que é uma sequência de ações, como cartas e telefonemas. E, principalmente, uma informação ao contribuinte, para ele saber o que pode fazer quando não cumpriu com as

obrigações. O setor da secretaria é muito pequeno, são seis servidores, mas a gente tem interesse em aumentar.

Se estuda uma terceirização desta cobrança?

Disso aqui não. A gente tem interesse em cobrar diretamente, mas, quem sabe futuramente.

Por qual fator?

Primeiro pelo custo de se cobrar isso aí e depois, as vezes, pela qualidade do débito. Não é interessante lançar isso para outro porque o prejuízo e o custo de cobrança vai ser muito alto. E, nessa fase de recuperação, o sucesso é maior e mais representativo para o Estado. Não é o mesmo caso, porém, do que acontece com a dívida ativa, onde muitas empresas já estão fechadas e já tramitou todo o processo administrativo-tributário. As cobranças daqui as empresas estão muito vivas. Além do que, este débito é móvel. A maior parte, 60%, é de três meses para cá. As vezes, a pessoa mesmo corrige, por vontade própria. Não temos grandes empresas devedoras.

O Sr. foi eleito presidente do Consefaz recentemente. De que forma isto vai colaborar com a administração tributária do RN? Quais as discussões atuais?

As questões do dia-a-dia e o diálogo disso com o Governo Federal e o Legislativo vamos articular. Mas, o Consefaz tem uma função, em termos de acordo e articulação para uma reforma tributária nacional, que é fundamental, porque o maior problema desse reforma é o ICMS. A cobrança do consumo no Brasil é absolutamente desproporcional ao resto do mundo e ao países chamados desenvolvidos. Quando a carga tributária está no consumo significa o seguinte: se você vai na padaria e compra um pão e uma pessoa sem condições que recebeu uma esmola compra outro pão, o tributo que vocês pagam é o mesmo, apesar de estarem em condições econômicas muito diferentes. No imposto de renda, por exemplo, isso não é assim. É proporcional. O grande problema brasileiro em relação à tributação é esse, regressividade. Quem ganha mais paga menos tributo e quem ganha menos dedica mais de sua renda para este pagamento. A carga é condizente com a realidade brasileira, mas, precisamos melhorar o perfil da carga.

Isto já está sendo discutido com o Governo Federal?

A discussão que o ministro [da Fazenda] Joaquim Levy é aquela que já estava ano passado, da reforma do ICMS. Uma discussão extremamente importante, sobre a distribuição da alíquota entre os Estados e os fundos de compensação e infraestrutura, criados a partir da MP 683, para a migração da alíquota para o destino. Isto é uma parcela, mas, não é o coração da reforma tributária brasileira. O

coração é a mudança do perfil da carga e isto nós não estamos trabalhando no momento. Agora, no Consefaz, vamos puxar sempre, porque, os efeitos da carga são a espinha dorsal da economia.

Em termos de arrecadação, o que o HUB da TAM significaria?

O ICMS é um imposto sobre o consumo. Se você cria 4 mil empregos, você cria 4 mil consumidores, aqui dentro do Estado. Consumidores com bons salários. O efeito sobre isso é extremamente vertiginoso. Eu não vou te dar um número, qualquer um que dê está chutando, que é difícil calcular com este grau de fragmentação. Mas, com certeza, a melhoria é muito grande. Um impacto positivo sem precedentes.

O impacto será direto na arrecadação?

É indireto. Direto não tem muito não, porque para essas empresas virem para cá, nós, o Ceará, Pernambuco, abrimos mão dos tributos diretos. Que é a ordem que se faz hoje no Brasil para todo e qualquer empreendimento. Na área de competição fiscal, é nessa ordem, enquanto não houver um Plano de Desenvolvimento Regional que diga o que pode ou não, através das vocações de cada lugar.

Essas foram as desonerações que vocês apresentaram então?

É, que vamos apresentar. Já apresentamos algumas, na visita da LATAM no Estado e estamos aguardando o contato deles, porque, eles contrataram um empresa especializada para fazer levantamento e estão aguardando esse resultado, para fazer uma proposta definitiva. Até agora, foi o ICMS e a metade do ISS lá de São Gonçalo do Amarante.

O que ainda pode ser ofertado?

Eu não posso lhe contar tudo porque isso é um pacote secreto. É uma competição fiscal.

Mas são atrativos importantes?

Eles jogaram bem abertos ao Estado, com uma lista de itens que eles desejariam ter e para nós não teve nenhuma problema. Deve ser a mesma que apresentaram aos outros Estados também. Mas, daqui, eles levaram uma informação muito importante: que nós produzimos o Qav. Nós produzimos, tributamos o transporte e tributamos o varejo. Aqui, eles sabem que jamais vamos mexer, enquanto em outros lugares eles só têm o varejo. Isso representa 50% do custo deles e isso é um elemento muito importante da negociação. Mas, não tenha dúvida, nada sozinho segura essa negociação. É uma soma de fatores. O nosso aeroporto também é fantástico, com uma área enorme de ampliação, eles já conhecem a Inframerica, lá

de Brasília. Tem um excelente relacionamento. São muitos pontos positivos. Entramos de azarão, por último, e depois, na conta técnica, vimos que somos um candidato fortíssimo.

O Proadi ainda está em discussão, com a Seplan, mas, aqui na Secretaria de Tributação, o que já está definido para a conclusão das novas diretrizes?

O que a gente homologou, que já veio da Sedec, entre os pontos principais, está que o Proadi não era prorrogável e agora vai poder prorrogar. Isso tira o empresário do ambiente de incerteza, sabendo que vai poder prorrogar por mais tempo. Esse foi o principal traço. A outra coisa foi a continuidade dele. É evidente que é um programa indispensável para a atração de empresas para cá. Agora, ajudando o Proadi, é preciso um Plano de Desenvolvimento Regional com recursos substantivos.

Por qual fator?

Hoje, a empresa que vende para um estado fora sai com 12% e fora paga mais 5%. O ICMS é sempre 17%. Nessa mudança, a nova alíquota industrial será de 7%, com ele pagando os 10% fora. Quando a alíquota cai, o Proadi só vai poder liberar do industrial 7%. Aqui no Estado ele ganhava esses 12%, que é 75% desse valor isento. Então, o custo tributário na saída vai dobrar. Para a vantagem comparativa, para fechar essa equação aqui, é preciso o Fundo que está sendo discutido pelo Governo Federal, que vem aqui para melhorar estrutura, porto, transporte.

Qual o custo hoje do Proadi?

Em torno de R\$ 260 milhões/ano, que deixamos de receber, mas, bancamos para o desenvolvimento industrial do Estado.

Esse valor permanecerá o mesmo com o novo texto do Proadi?

Permanece. Existem medidas em discussão, que poderia aumentar, que é aquela questão dos empréstimos para pequenas empresas, mas, não é algo definido. Isto ainda está sendo discutido e analisado pela Seplan. Nos influencia isso? Sim, para facilitar negócios. Mas não entramos no mérito desta questão.

Qual a perspectiva com o novo Proadi?

A dinâmica será outra. Esse ano já se deu mais Proadi que nos últimos quatro anos. O que a gente observa é que há um grande potencial a ser explorado, que precisa surgir, com dinamismo econômico.

E o Import RN?

Por causa do HUB da TAM o mercado local aqui vai ser todo diferente. A LATAM, vindo se instalar aqui, evidentemente, ela vai ter carências cujo perfil econômico não foi pensado nesse volume quando o Import RN foi pensado. Então, talvez tenhamos uma adaptação. Quem está a cargo de mexer nisso é a Sedec.

No QAV também está tendo negociação com a Petrobras. Neste caso, já foi apresentada proposta? Qual?

A proposta foi colocada e é extremamente factível, porque a Petrobras tem vários negócios no Estado e o que ela eventualmente der de vantagem no setor pode pedir em outro setor. Os dois estão querendo promover o desenvolvimento do RN. E ela tem benefícios em diversos segmentos aqui. No transporte do QAV, na produção do QAV, no varejo do QAV. No varejo, o preço de revenda nacional é igual ao de outras empresas que estão no Brasil. A formação de preço é complexa, mas, queremos reduzir na saída, aqui na fábrica.

Já houve alguma sinalização ou prazo, por parte da petrolífera?

Nós encaminhamos e eles estão analisando. A última conversa que tivemos foi na semana passada, no Rio de Janeiro.

VEÍCULO: NOVO JORNAL DATA: 01.08.15 EDITORIA: ECONOMIA

/ EDUCAÇÃO /

GOVERNO LIBERA R\$ 5,1 BILHÕES DE CRÉDITO PARA O FIES

UMA MEDIDA PROVISÓRIA publicada no Diário Oficial da União de hoje (31) libera crédito extraordinário de R\$ 5,1 bilhões para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). O recurso faz parte do total de R\$ 9,8 bilhões em créditos extraordinários abertos em favor do Ministério da Educação, de encargos financeiros da União e de operações oficiais de crédito.

Dos recursos destinados ao Fies, R\$ 4,2 bilhões vão para concessão de contratos do programa e R\$ 400 milhões são destinados a integralização de cotas do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo. Outros R\$ 578 milhões vão para a administração do Fies. As inscrições para o processo seletivo da segunda edição de 2015 do Fies serão abertas na próxima segunda-feira (3), pela internet. No final de ju-

riho, o ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, anunciou que seriam ofertadas 61,5 mil vagas.

A Medida Provisória 686, de 30 de julho de 2015, também prevê recursos para a ampliação da educação superior e da pós-graduação (R\$ 35 milhões) para a produção, aquisição e distribuição de livros e materiais didáticos e pedagógicos para educação básica (R\$ 116 milhões) e a implantação e adequação de estruturas esportivas escolares (R\$ 46 milhões).

Para completar o montante total de créditos extraordinários liberados, R\$ 4,6 bilhões estão previstos para subvenção de operações de financiamento do Programa de Sustentação do Investimento e do Programa Emergencial de Reconstrução de Municípios Afetados por Desastres Naturais.

VEÍCULO: NOVO JORNAL DATA: 01.08.15 EDITORIA: POLÍTICA

REPASSES A PODERES AUMENTAM 13% EM 2015

/ FINANÇAS PÚBLICAS / PORTAL DE TRANSPARÊNCIA DO GOVERNO DO ESTADO INFORMA QUE REPASSES A PODERES NO PRIMEIRO SEMESTRE FOI DE R\$ 868,82 MILHÕES, O QUE REPRESENTA 13% A MAIS EM COMPARAÇÃO COM O MESMO PERÍODO EM 2014

IGOR JACOME
DO NOVO JORNAL

OS REPASSES DO Executivo aos demais poderes na esfera estadual tiveram aumento de 13% em 2015, no Rio Grande do Norte, quando comparados os seis primeiros meses do ano com o mesmo período de 2014. Até o mês que se encerrou (setem), foram enviados aos órgãos quase R\$ 869 milhões, enquanto de janeiro a julho do ano passado foram R\$ 768 mil.

O aumento foi registrado num momento em que as instituições asseguram cortes, devido à situação econômica do estado.

Apesar dos últimos cinco anos, de 2010 para cá, esses repasses mais que dobraram. Ao todo, o aumento foi de 106%, quando a soma da inflação acumulada neste período foi de 30,5% (dados até junho de 2015), de acordo com o IPCA, que é o índice oficial utilizado pelo governo federal.

As informações foram levantadas pelo NOVO Jornal, baseado nos números disponibilizados pelo Portal da Transparência do governo estadual. Os poderes citados são o Legislativo (representado pela Assembleia Legislativa) e o Judiciário - Tribunal de Justiça - além do Ministério Público, Tribunal de Contas e Defensoria Pública do RN. Todos eles receberam mais recursos neste ano que em 2014.

O maior aumento percentual foi para o valor repassado à Defensoria Pública do Estado (43%). Ainda assim, a instituição recebeu o menor valor entre todas as citadas, ao longo do ano R\$ 15,8 milhões.

Mais da metade da verba destinada aos poderes (R\$ 477 milhões) foi apenas para o Judiciário. O valor é 11% maior que o de 2014 e o segundo menor em crescimento percentual. Apesar dos núme-

ros apresentados, o TJRN contestou o valor. Isso porque, de acordo com a instituição, estão somados aos repasses R\$ 24 milhões referentes a pagamentos de precatórios, que, embora sejam executados pelo Tribunal, não fazem parte do orçamento dele. O valor do orçamento, portanto, de acordo com a própria instituição, seria de R\$ 452 milhões 893 mil. Ainda de acordo com o TJ, fora anunciado o contingenciamento de R\$ 2 milhões 454 mil dentro da decisão do governador Robinson Faria, no início do ano, além de outros cortes. "Material de consumo, passagens, serviços de terceiros e atividades do judiciário tiveram cortes, conforme publicado no Diário da Justiça", informou a assessoria do órgão. Com as medidas que foram tomadas no início do ano - entre elas, cortes de gratificações, o que gerou polêmica com servidores - foram economizados R\$ 23 milhões 564 mil.

O descômimo, a que se referem esses repasses, é o recurso enviado mensalmente pelo poder Executivo (representado pelo governador, no caso do estado) aos demais poderes constitucionais, baseado nas diretrizes orçamentárias aprovadas anualmente.

Entre as instituições que enviam informações sobre o assunto à reportagem, o Tribunal de Contas do Estado foi o único que justificou o acréscimo no total de repasses, apesar de também anunciar cortes. "Devido da necessidade de recursos para fazer frente ao pagamento de despesas obrigatórias, especialmente o crescimento vegetativo da folha", afirmou, em nota. Ainda de acordo com o comunicado, o TCE tem "mantido um rigoroso controle de seus gastos, em respeito aos ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal".



> Tribunal de Justiça, líder no valor dos repasses, emite nota explicando que tem promovido economia

TCE RECEBEU R\$ 7,8 MILHÕES A MAIS NO 1º SEMESTRE DE 2015

O pagamento de despesas obrigatórias foi a justificativa apresentada pelo TCE para o aumento dos repasses à instituição. Até o mês passado, o tribunal recebeu cerca de R\$ 7,8 milhões a mais que o recebido até o mesmo mês de 2014. Esse valor representou 20,7% de crescimento.

Apesar disso, o Tribunal de Contas afirmou que vem contingenciando despesas e, "para tanto, publicou portaria que indisponibilizou para emprego e movimentação financeira o valor de

R\$ 321 mil, consignado à conta de suas dotações no Orçamento Geral do Estado".

Além disso, a instituição defendeu que medidas adotadas culminaram na economia de aproximadamente R\$ 4 milhões no primeiro semestre, em relação ao mesmo período do ano passado. "Somente em corte nos gastos com gratificações de gabinete e cargos em comissão, foi economizada a quantia de R\$ 1.554.038,11. Com obrigações patronais, despesas variáveis e despesas de exercí-

cios anteriores, a redução chegou a R\$ 2.177.439,14", informou, em nota. Já os gastos com diárias, passagens e despesas com locomoção, auxílio-transporte, equipamentos e material permanente e preservação de patrimônio, reduziram R\$ 219 mil.

Os gastos custeados pelo Fundo de Reparamento do Tribunal de Contas (FRAP) também foram reduzidos em R\$ 100 mil, nos gastos com obras e instalações, obrigações tributárias e pagamento de diárias, entre outros.

MINISTÉRIO PÚBLICO DIZ QUE NÃO HÁ AUMENTO

O Ministério Público afirma que, a rigor, não houve aumento, "mas o cumprimento da Lei Orçamentária Anual", para todos os órgãos e poderes, "a cada discussão orçamentária, em função do crescimento da receita projetada para o ano subsequente, destina-se essa diferença de receita para o aumento de despesas, de modo que os Órgãos e Poderes possam investir mais

do nos números disponibilizados pelo Portal da Transparência do governo estadual. Os poderes citados são o Legislativo (representado pela Assembleia Legislativa) e o Judiciário - Tribunal de Justiça - além do Ministério Público, Tribunal de Contas e Defensoria Pública do RN. Todos eles receberam mais recursos neste ano que em 2014.

O maior aumento percentual foi para o valor repassado à Defensoria Pública do Estado (43%). Ainda assim, a instituição recebeu o menor valor entre todas as citadas, ao longo do ano: R\$ 15,8 milhões.

Mais da metade da verba destinada aos poderes (R\$ 477 milhões) foi apenas para o Judiciário. O valor é 11% maior que o de 2014 e o segundo menor em crescimento percentual. Apesar dos núme-

ros mensalmente pelo poder Executivo (representado pelo governador, no caso do estado) aos demais poderes constitucionais, baseado nas diretrizes orçamentárias aprovadas anualmente.

Entre as instituições que enviaram informações sobre o assunto à reportagem, o Tribunal de Contas do Estado foi o único que justificou o acréscimo no total de repasses, apesar de também anunciar cortes. "Decorre da necessidade de recursos para fazer frente ao pagamento de despesas obrigatórias, especialmente o crescimento vegetativo da folha", afirmou, em nota.

Ainda de acordo com o comunicado, o TCE tem "mantido um rígido controle de seus gastos, em respeito aos ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal".

TCE RECEBEU R\$ 7,8 MILHÕES A MAIS NO 1º SEMESTRE DE 2015

O pagamento de despesas obrigatórias foi a justificativa apresentada pelo TCE para o aumento dos repasses à instituição. Até o mês passado, o tribunal recebeu cerca de R\$ 7,8 milhões a mais que o recebido até o mesmo mês de 2014. Esse valor representa 20,7% de crescimento.

Apesar disso, o Tribunal de Contas afirmou que vem contingenciando despesas e, "para tanto, publicou portaria que indispôs para o corte de despesas variáveis e despesas de exercí-

cios anteriores, a redução chegou a R\$ 2.177.039,14", informou em nota. Já os gastos com diárias, passagens e despesas com locomoção, auxílio-transporte, equipamentos e material permanente e preservação de patrimônio, reduziram R\$ 219 mil.

Os gastos custeados pelo Fundo de Respeitamento do Tribunal de Contas (FRAP), também foram reduzidos em R\$ 307 mil, nos gastos com obras e instalações, obrigações tributárias e pagamento de diárias, entre outros.

MINISTÉRIO PÚBLICO DIZ QUE NÃO HÁ AUMENTO

O Ministério Público afirma que, a rigor, não houve aumento, "mas o cumprimento da Lei Orçamentária Anual", para todos os órgãos e poderes. "A cada discussão orçamentária, em função do crescimento da receita projetada para o ano subsequente, destina-se essa diferença de receita para o aumento de despesas, de modo que os Órgãos e Poderes possam investir mais em estrutura e pessoal", disse a instituição.

Apesar de constar 152.885.899,70 nos repasses realizados até julho, sendo 6,7% maior que no ano passado, o MP alega que R\$ 3,5 milhões recebidos em maio deste ano se encasilharam em "restos a pagar", tendo sido pago pelo estado, pelo Ito de, em dezembro do ano passado, ter feito um repasse menor que o do exercício devido à instituição. Portanto, o valor deste ano, é R\$ 149,3 milhões.

Ainda de acordo com a instituição, cortes em projetos e despesas como o MP Ativo, gestão documental, compra de imóveis, modernização administrativa teriam gerado redução de mais de R\$ 1 milhão. Já a economia com em projetos de construção e reforma, contratos de terceirização, qualificação funcional, perícias, diárias e gratificações ultrapassaram, de acordo com o MP, cerca de R\$ 2 milhões.

Além disso, o MP cancelou eventos, aquisição de softwares, consultoria, e outros gastos que totalizaram redução de cerca de R\$ 5 milhões. "O órgão pode adotar cortes adicionais, a depender do comportamento da receita do Estado no decorrer do exercício de 2015", afirmou em nota.

A transparência dos repasses no RN

2015

Repasses no 1º semestre (R\$)
880,825 milhões

- ▶ MPRN: 152,885 milhões
- ▶ Defensoria Pública: 15,805 milhões
- ▶ TJRN: 477,600 milhões
- ▶ ALRN: 176,661 milhões
- ▶ TCE: 45,872 milhões

2014

Repasses no 1º semestre (R\$)
768,268 milhões

- ▶ MPRN: 143,228 milhões
- ▶ Defensoria Pública: 16,998 milhões
- ▶ TJRN: 430,632 milhões
- ▶ ALRN: 146,062 milhões
- ▶ TCE: 38,006 milhões

Crescimento percentual entre o primeiro semestre de 2014 e 2015

- ▶ Ministério Público: 6,7%
- ▶ Tribunal de Justiça: 11%
- ▶ Tribunal de Contas: 20,69%
- ▶ Legislativo: 20,9%
- ▶ Defensoria Pública: 43%

Repasses totais de 2014 (R\$)
1,316 bilhão

- ▶ MPRN: 228,856 milhões
- ▶ Defensoria Pública: 18,225 milhões
- ▶ TJRN: 719,189 milhões
- ▶ ALRN: 287,323 milhões
- ▶ TCE: 62,980 milhões



▶ Assembleia Legislativa também afirma cortes, se adaptando à situação de crise

LEGISLATIVO TEVE CRESCIMENTO DE QUASE 30%

Os repasses ao Legislativo cresceram 20,9% entre o primeiro semestre do ano passado e o deste ano. Fôro de R\$ 146 milhões para mais de R\$ 176,6 milhões. O valor dos seis primeiros meses de 2015, portanto, foi quase o mesmo do ano inteiro de 2010.

No total de 2014, os repasses somaram quase R\$ 290 milhões. Até o fechamento desta matéria, porém, a reportagem não recebeu resposta às perguntas enviadas à instituição a respeito dos dados levantados no portal da transparência.

Nos primeiros meses do ano a Assembleia Legislativa revisou

os contratos da casa e estabeleceu uma economia de R\$ 600 mil, de acordo com informações divulgadas pela assessoria da instituição. A casa reduziu os valores das diárias e gratificações, por exemplo. A busca pelo arrendamento e equilíbrio financeiro das cortes legislativas resultou ainda no cancelamento de novos investimentos em compra de equipamentos, e a aprovação de regras para reduzir o consumo de energia elétrica, água e de telefonia nos prédios sob administração da Casa", informou a ALRN nesta semana.

Na última quinta-feira (31) novas medidas para corte de gastos

foram anunciadas pelo legislativo estadual. Entre elas, fechamento de dois anexos da Assembleia, que reduzirá quase R\$ 800 mil por ano, e o cancelamento de 107 linhas de celular, que representavam gasto de R\$ 360 mil aos cofres públicos.

Outros cortes deverão ser realizados em atividades desobediadas, como o programa Assembleia Cidadã, da Assembleia Cultural - que está suspensa. A economia poderá ultrapassar R\$ 400 mil.

A Defensoria Pública do RN também não enviou respostas aos questionamentos enviados pela reportagem até o fechamento da reportagem.

VEÍCULO: NOVO JORNAL DATA: 02.08.15 EDITORIA: ECONOMIA

PREÇOS MAIS ATRAENTES

/ ESCOLHA / TAXAS DE JUROS AUMENTARAM E APLICAÇÕES FINANCEIRAS ESTÃO COMIDATIVAS, MAS O LADO "BOM" DA CRISE É QUE OS PREÇOS DOS IMÓVEIS ESTÃO PASSANDO POR UM ACOMODAMENTO E BONS NEGÓCIOS ESTÃO SENDO FEITOS; ALUGUEL TAMBÉM ESTÁ NO RADAR

DIEGO CAMPELO
DOMINGOS APRELA

NEM TODO EM uma crise econômica é ruim para o consumidor. Com o fôlego no crédito e alta nos juros, preços relativos dos imóveis estão mais baratos, convidando para as compras. Mas, mesmo assim, alguns analistas mantêm o senso crítico e acreditam que uma compra futura pode ser melhor negócio, em vista da instabilidade de algumas aplicações financeiras, como o Tesouro Direto. A divergência está presente enquanto uns afirmam que mesmo no atual cenário econômico a compra ainda é vantajosa; outros dizem que comprar um imóvel pode ser interessante se o pagamento for feito à vista, com um bom desconto negociado e chamar a atenção para as aplicações financeiras.

Para o presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis (Creci-RN) Waldemar Bezerra, que também é diretor da Imobiliária Bezerra Imóveis, a compra sempre será o melhor negócio se comparado com o aluguel. Segundo explica, o comprador deve levar em consideração a valorização do bem ao longo dos anos e o fato de ser um bem de não, que se valoriza em médio e longo prazo, ficando de herança para a posteridade.

"Os preços estão se acomodando e o imóvel traz todo um conforto, bem estar para quem compra. Comprar é a melhor escolha, mesmo que a compra seja financiada para pagar em 30, 35 anos. Um dia, o bem vai estar quitado e quando o proprietário quiser vender, vai ter alguém que vai pagar muito mais



► Preços de imóveis estão mais baratos, mas taxas de juros estão mais elevadas, e o potencial comprador vive um dilema entre comprar ou alugar

pelo imóvel", observa o empresário.

A Caixa Econômica Federal, responsável por cerca de 70% do crédito imobiliário do país, já elevou por duas vezes esse ano - mais recentemente em abril último - os juros de financiamentos habitacionais contratados com recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE), no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação (SFH).

Com o último reajuste, os juros subiram de 9,15% para 9,45% pela taxa de balcão (para quem não

tem conta na Caixa). Para quem é contratado no banco, as taxas subiram de 9% para 9,3% ao ano.

Outra alteração feita esse ano foi com relação ao percentual máximo para financiar um imóvel. Quando antes, para imóveis novos, o financiamento máximo era de 90%, caiu para 80% do valor do imóvel. Para os usados, o financiamento máximo passou de 80% para 50% do valor. As novas regras não valem para imóveis contratados pelo programa Minha Casa, Minha Vida.

O presidente do Creci-RN analisa que, mesmo com o momento difícil da economia brasileira, com os cortes no orçamento federal e a inflação que afeta o consumidor, ainda há muita facilidade de crédito e os estímulos imobiliários continuam ainda mais para facilitar a compra.

"Vejo que hoje a opção de alugar só é alternativa quando não se tem outra opção de compra. Comprar, obviamente, é o desejo de qualquer brasileiro. O aluguel é temporário, é uma fase de transi-

ção no momento em que a renda não está dando ou quando se quer esperar um pouco mais", observa Waldemar.

O empresário garante ainda que o valor da parcela de um financiamento imobiliário é outro ponto favorável na decisão entre comprar ou alugar. "Se você pagar um aluguel de R\$ 1 mil e comprar um imóvel no longo de 30 ou 35 anos você vai pagar uma parcela de em média R\$ 600 por mês", afirma acrescentando que o cliente nunca pagará uma prestação

maior do que alugar, a não ser que faça um financiamento em curto prazo.

O empresário Francisco Ramos, diretor Executivo da corretora Coretel e diretor de Mercado Imobiliário do Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sindicato RN) lança outro olhar sobre o assunto de diz que o aluguel "aparentemente" vai ser melhor do que a parcela do financiamento, mas não trará as vantagens que uma compra proporciona ao consumidor.

"O aluguel é aquele dinheiro que você paga e não vê retorno, é uma despesa; a compra do imóvel é um valor que você paga, que deve ser maior que o valor do aluguel porque tem os juros, mas é um investimento, você está pagando o que vai ser seu e que ao longo do tempo vai se valorizar", destaca.

Com base nas condições de financiamento oferecidas atualmente pelo mercado financeiro, a vice-presidente do Sindicato-RN, Larissa Duarte Gentile, fica entre as duas opções anteriores e afirma que o cliente consegue pagar uma prestação igual ao valor cobrado pelo aluguel.

"No entanto, pagando aluguel, o cliente não vai estar formando seu patrimônio, e pagando uma prestação de um imóvel, no final de sua vida ele fica um patrimônio para a família, esse é o diferencial", observa Larissa, que também é diretora comercial da S. Duarte Empreendimentos Imobiliários.

CONTINUA
NA PÁGINA 8 ►

CONTINUAÇÃO
DA PÁGINA 7 ▶

ESPECIALISTA MINIMIZA AUMENTO DE JUROS

Para o consultor da área de financiamentos, Wandick Lopes, diretor da empresa Concessus, o cenário econômico atual desenha uma expressão vantajosa na compra da casa própria, seja por ele como uma excelente oportunidade. Ele minimiza o aumento dos juros operado pela Caixa, afirmando que "não foi tão grande e ainda configura grandes oportunidades para o comprador".

Considerando uma simulação de financiamento imobiliário da Caixa Econômica Federal de um imóvel no valor de R\$ 300 mil, o cliente paga uma prestação em torno de R\$ 4 mil dentro das regras do Sistema de Financiamento Habitacional (SFH). Do valor total, a Caixa financiará R\$ 405 mil (80%) e o cliente dá uma entrada de R\$ 100 mil. O prazo para pagamento será de 420 meses (35 anos), com a 1ª parcela a R\$ 4.084, a última a R\$ 990,60 e juros efetivos de 9,3%, com um Custo Efetivo Total de 10,29%.

Além de minimizar o aumento dos juros, Wandick alerta para a possibilidade de os juros serem a baixar e os clientes que comparem outros financiamentos favorecem portabilidade da dívida para outro banco, conseguindo juros menores. "E se os juros subirem novamente a pessoa vai estar segurando, porque o contrato dela já vai estar firmado", explica.

Nenhuma das entidades imobiliárias pesquisadas pelo Novo Jornal disponibilizam índices de valorização média dos imóveis no RN. Dessa maneira não é possível estimar o quanto esse mesmo imóvel valorizaria ao longo de determinado tempo.

Nos 30 capitais pesquisadas pelo Índice Ipeccap, um dos principais indicadores da flutuação de preços do mercado imobiliário brasileiro - não tem cobertura para Natal - a alta nos preços médios dos imóveis ficou abaixo da inflação nos dois primeiros meses de 2015.

Considerando a possibilidade de se comprar um imóvel para alugar, Waldemar Bezerra, presidente do Creci-RN, diz que a taxa de retorno do inves-



BALANÇA PENDE PARA OS DOIS LADOS

Conforme explica o professor de Economia da UF-RN, Zorilson Silva, o momento econômico traz facilidade tanto para a compra quanto para o aluguel, com a ressalva que a compra só se apresentará vantajosa caso o consumidor tenha uma boa reserva financeira para dar de entrada no imóvel escolhido. Ele considera, nas condições atuais, "probitivo" as taxas de juros cobradas nos financiamentos imobiliários.

"Para os financiamentos isso é muito prejudicial, por isso que quem tem uma reserva é bom se desfazer para dar de entrada no imóvel ou até mesmo comprar à vista. Não não podemos imaginar que uma taxa de juros no patamar em que está hoje seja interessante para empreitadas", ressalta.

Quanto ao aluguel, a variação para o inquilino está na baixa valorização dos imóveis, que tem sido abaixo da inflação nos últimos meses. Com isso, de acordo com o economista, os inquilinos têm condições de negociar um não reajuste no aluguel ou, no melhor das hipóteses, um reajuste mínimo.

"Resumindo está bem tanto para quem vai comprar a casa própria, como também para quem vai alugar. Uma coisa não exclui a outra", reitera Zorilson.

No entanto, quando o assunto é rendimento, o economista não hesita em afirmar que há outros investimentos rendendo mais que o imobiliário, mas diferente. "Na verdade o imóvel é um bem de alto valor, é como um camião ou um sapato que você compra na loja, é uma aquisição. Quanto a investimentos eu tenho que comprar ações, poupança, isso são investimentos", afirma.

A recomendação do economista no que se refere a investimento é optar pelo Tesouro Direto, que atualmente está rendendo, segundo ele, em termos isolados de 10% a 11%, dependendo do banco.

para atingir o objetivo estabelecido. A presidente do Creci-RN, diz que a taxa de retorno do investimento no aluguel, usualmente calculada em 1% do valor total do imóvel, não está sendo alcançada atualmente em imóveis locais.

"Hoje aqui está algo em torno de 0,7%, que é muito boa se compararmos com o rendimento da poupança. Além disso o imóvel está se valorizando". Ele afirma que a média nacional dessa taxa de retorno está em cerca de 0,6%.

Considerando a taxa de retorno local repassada pelo presidente do Creci, o aluguel do imóvel da simulação seria cobrado a R\$ 3 mil, sendo que para atingir 1% do valor de mercado da casa teria que ser cobrado um aluguel de R\$ 5 mil.

"1% é uma taxa muito alta quando você tem pouca oferta para locação e não se produz quase nada. Nas grandes capitais pode atingir esse nível, quando é bem localizado e não tem muitas opções. Vale a lei da procura e da oferta", justifica Waldemir.

O diretor Executivo da Constel, Francisco Ramos, confirma que o investidor não vai conseguir tirar no aluguel uma rentabilidade para conseguir pagar o valor da parcela de seu financiamento, mas vai se beneficiar da valorização do imóvel com o tempo. "Estão se você justar o valor do aluguel, mais a valorização do imóvel, acredito que seja vantajoso sim", afirma o empresário.



▶ Waldemir Bezerra, do Creci, continua defendendo a compra como a melhor escolha



▶ Marcos Alves, economista da UFRN, aposta no aluguel e em investimento no Tesouro Direto para preservar capital



▶ Francisco Ramos, da construtora Constel, declara que o aluguel não multiplica o valor



▶ Zivanilson Silva, economista da UFRN, diz que compra só vale para pagamentos à vista e com barganha

investimentos imobiliários isolados de 10% a 11%, dependendo do banco.

COMPRA DE IMÓVEL PODE SERVIR COMO DIVERSIFICAÇÃO

Para o economista Marcos Alves, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), o investimento imobiliário tem demonstrado ser menos vantajoso que outros tipos de investimentos, como a compra de títulos públicos no Tesouro Direto, por exemplo. Ele defende que, nas condições atuais, é mais prudente preferir o aluguel à compra imobiliária.

"Se for para fazer um investimento, o imóvel não é um bom negócio hoje. Tem outros ativos que dão rendimento melhor: é preferível que se alugue, a não ser que você tenha muito dinheiro para comprar à vista e a um preço menor", afirma o economista.

Na divulgação da última pesquisa Indicadores do Mercado Imobiliário do Sinduscon, o sindicato demonstrou preocupação com relação à falta de novos lançamentos imobiliários. Desde outubro de 2014 não se lança, pelas 27 empresas associadas ao Sinduscon - cerca de 90% do mercado po-pular da construção civil - um empreendimento residencial na região que abrange Natal e Grande Natal.

Para o professor, as taxas de juros cobradas pela Caixa e pelos demais bancos estão "proibitivas" e a

tendência vai ser de mais aumento nos próximos meses. Ele destaca que o elevado Custo Efetivo Total (CET) do financiamento inviabiliza a compra do imóvel.

"Na hora que você compra o imóvel você está imobilizando o recurso, porque os imóveis não estão se valorizando, eles estão baixando, porque as construtoras pararam de construir e estão vendendo o que têm no estoque. Ninguém está fazendo lançamento, o momento é crítico", analisa Alves.

Diante do cenário, o economista afirma que os investimentos de renda fixa, por exemplo, estão rendendo mais que os imobiliários. O economista observa que os bancos hoje oferecem um portfólio variado para se investir.

Marcos Alves dá o exemplo de uma aplicação no Tesouro Direto, sistema do governo federal que vende títulos da dívida pública. "Se você aplicar hoje no Tesouro, ele te dá a taxa básica da economia [Selic], que é de 14,25%. Se você tirar a inflação do ano, que está estimada em 9%, você teria uma taxa de retorno de 5,1%. Tem coisa melhor do que isso? Onde você vai ter uma taxa de retorno dessas?", questiona.